

# Demonstrações Financeiras 2º Semestre **de 2025**



A Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

O BRDE é uma instituição financeira pública pertencente aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, operando na Região Sul do Brasil desde 1961, com a missão de promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo. O Banco atua também no Mato Grosso do Sul, por esse ser um estado limítrofe da Região e integrar o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul).

Em 2025, as economias da Europa e dos Estados Unidos apresentaram desempenho semelhante. O crescimento econômico, a inflação e o desemprego mantiveram-se em níveis razoáveis, próximos aos do ano anterior. A principal diferença entre os dois territórios foi o ritmo de redução das taxas de juros: na Europa, o processo ocorreu de forma mais acelerada no primeiro semestre, enquanto nos Estados Unidos a queda se concentrou no segundo semestre.

Porém, a política comercial norte-americana, marcada pela imposição de tarifas de importação para diversos países, inclusive o Brasil, gerou instabilidade nos fluxos de mercadorias durante boa parte do ano. Posteriormente, o reajuste tarifário impactou os preços domésticos, levando o governo dos Estados Unidos a reverter as sobretaxas.

A China, por sua vez, vem tentando nos últimos anos acelerar o crescimento econômico por meio da redução das taxas de juros e outras medidas de estímulo ao investimento. Em 2025, os juros foram novamente reduzidos, mas os efeitos esperados não se concretizaram. A crise persistente no setor imobiliário — um dos pilares dos investimentos chineses — e o consumo doméstico contido limitaram a expansão da economia, mantendo a inflação próxima da neutralidade.

No Brasil, o crescimento médio dos últimos anos foi de aproximadamente 3%, mesmo diante de uma elevada taxa de juros, que permaneceu em 15% nos últimos seis meses de 2025. Observou-se, entretanto, uma desaceleração da inflação nesse ano, indicando perspectivas de queda para 2026 tanto da inflação quanto dos juros. Destaca-se ainda o desempenho positivo do mercado de trabalho, com taxa de desocupação na mínima histórica de 5%.

Nos estados da Região Sul, onde a exportação é uma fonte relevante de receita, houve preocupação com a elevação das tarifas norte-americanas. Apesar do impacto negativo em alguns segmentos, o efeito geral foi limitado, graças à diversidade de destinos das exportações sulistas. Destaca-se nesses estados a taxa de desemprego em baixos patamares, ainda inferior à do País como um todo.

No contexto corporativo, o BRDE concluiu a revisão do seu Planejamento Estratégico 2025-2030, deixando esse convergente com as diretrizes e objetivos definidos no Visão Regional 2040. No trabalho, evidencia-se as iniciativas a serem implementadas para a efetivação dos legados do Banco considerando o fortalecimento das cadeias produtivas, a resiliência e a sustentabilidade ambiental da região, o desenvolvimento das cidades e a excelência em inovação.

Na prática, esses objetivos foram refletidos em R\$ 5,6 bilhões em novos financiamentos, dos quais 79,1% são aderentes a pelo menos um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse desempenho impulsionou a carteira de crédito do BRDE a um patamar histórico, ultrapassando R\$ 24,1 bilhões — um crescimento de 12% em relação ao ano anterior.

Considerando a relevância da produção de alimentos na região, o BRDE tem oferecido suporte expressivo aos produtores rurais, especialmente à agricultura familiar, cooperativas agroindustriais e empresas do agronegócio. Em 2025, foram destinados R\$ 2,8 bilhões para essas atividades.

No ecossistema da inovação, o Banco ampliou suas ações no âmbito do BRDE Labs para fortalecer a capacidade das *startups* de desenvolver soluções tecnológicas inovadoras e atrair investimentos. Além disso, diversas *startups* da Região Sul receberam aportes de recursos dos Fundos de Investimento em Participação (FIPs) em que o BRDE é cotista.

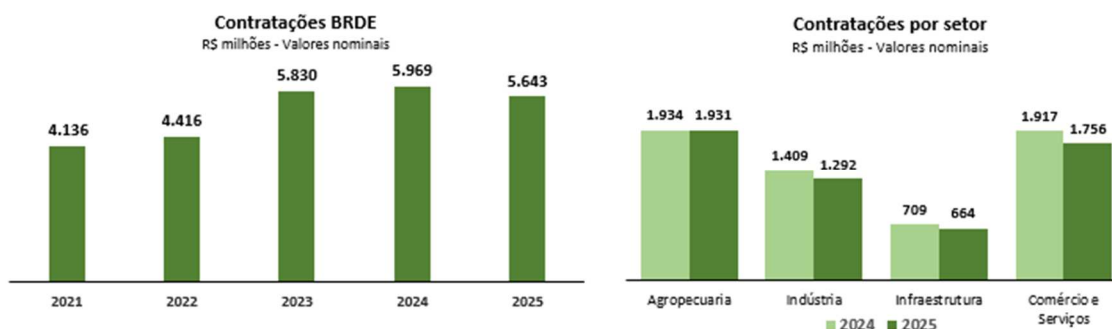
Para impulsionar a economia da sua área de atuação, o Banco obteve recursos financeiros de instituições internacionais e nacionais, captou no mercado de capitais de renda fixa, além de utilizar recursos próprios na contratação de novos financiamentos.

Importante salientar a intensificação em duas frentes de trabalho. Em relação às Parcerias Público-Privadas (PPPs), o Banco está envolvido na estruturação de 5 projetos municipais, contemplando iluminação pública e educação infantil. Sobre o Fundo Verde, estabelecido em 2022, o BRDE está participando de 11 iniciativas, algumas já colhendo os frutos das soluções apoiadas para a sustentabilidade ambiental e inclusão social.

## DESEMPENHO OPERACIONAL

As contratações de financiamento do BRDE mantiveram o patamar do ano anterior, totalizando R\$ 5,6 bilhões em crédito contratado. Esse volume contempla uma ampla diversidade de empreendimentos, tanto rurais quanto urbanos, distribuídos por toda a área de atuação do Banco.

Ao analisar as contratações de crédito por setor da economia, observa-se a manutenção de montantes semelhantes nos dois últimos anos. A agropecuária (setor primário) destacou-se como o setor com maior volume de contratações, totalizando R\$ 1,9 bilhão, seguida pelo comércio e serviços, com R\$ 1,8 bilhão, pela indústria, com R\$ 1,3 bilhão, e pela infraestrutura, que registrou R\$ 664 milhões em contratações.



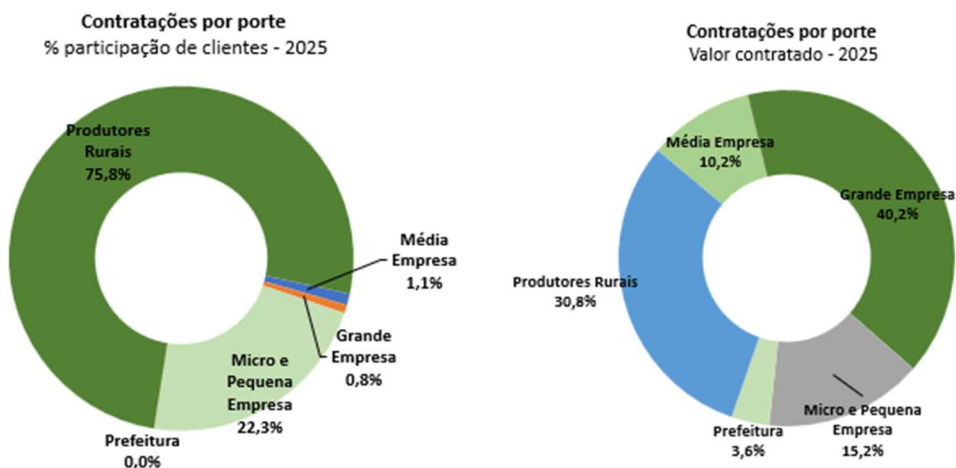
As contratações de financiamento realizadas pelo BRDE, classificadas segundo o porte dos clientes, não apresentaram mudanças relevantes em relação ao ano anterior. O maior volume foi concedido a grandes empresas, R\$ 2,3 bilhões, constituídas predominantemente

por cooperativas agroindustriais, que responderam por 50,1% do volume destinado a esse porte. Esse tipo de operação considera os impactos positivos gerados em toda a cadeia produtiva associada às cooperativas, responsáveis pela industrialização de produtos oriundos de milhares de produtores rurais.

O crédito direto para os produtores rurais totalizou R\$ 1,7 bilhão em contratações, representando um crescimento de 43,5% em comparação ao ano anterior. A maior parte desses recursos foi destinada a pequenos produtores, com destaque para a agricultura familiar.

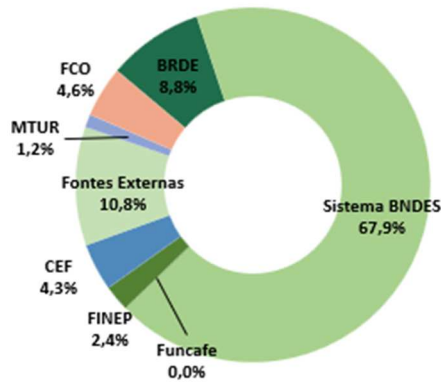
Os financiamentos destinados às micro e pequenas empresas (MPE) somaram R\$ 859 milhões, valor 7,5% superior ao registrado em 2024, fortemente impulsionados pelo PRONAMPE SC. Por outro lado, as contratações com prefeituras e com médias empresas apresentaram retração em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 205 milhões e R\$ 573 milhões, respectivamente, em 2025.

Evidenciando a ampla capilaridade do BRDE e o acesso ao crédito por parte dos pequenos empreendedores, os dados de contratações de financiamento em 2025 indicam que 75,8% das operações foram realizadas com produtores rurais — em sua maioria agricultores familiares — enquanto 22,3% corresponderam a contratos firmados com micro e pequenas empresas (MPEs). Grande parte das operações de crédito voltadas aos pequenos empreendedores foi realizada por meio de convênios com instituições financeiras parceiras, nas chamadas operações indiretas. Em 2025, esse tipo de operação registrou crescimento de 24,2% em relação ao ano anterior. Esses financiamentos, caracterizados por valores menores, destinam-se principalmente a pequenos produtores rurais e a micro e pequenas empresas.



Em 2025, o Banco operou com recursos oriundos de 12 provedores de *funding*. A participação do Sistema BNDES como fonte de recursos foi de 67,9% do total contratado nesse ano. As participações relativas a cada fonte de *funding* estão apresentadas a seguir.

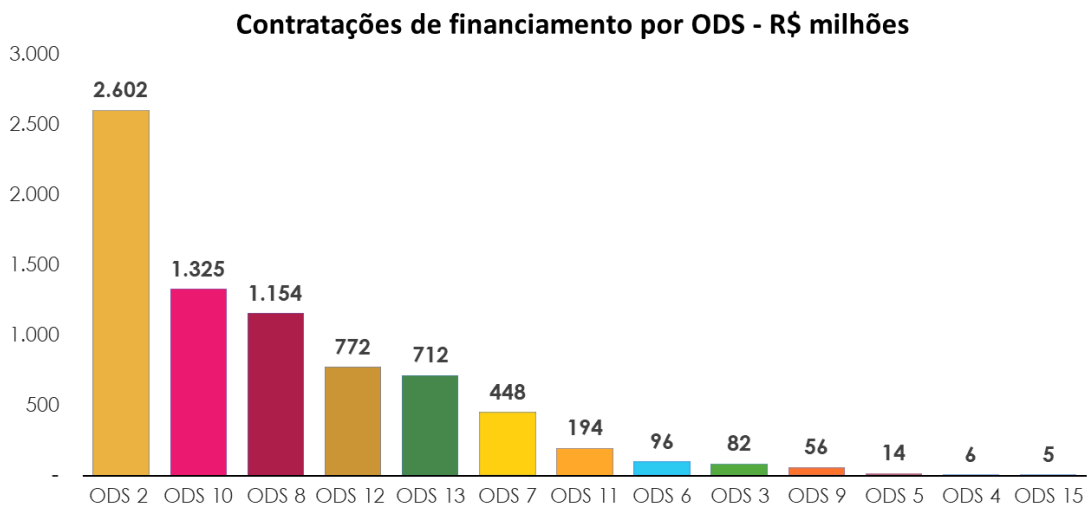
#### Contratações por *funding* - % - 2025



### Impacto dos financiamentos do BRDE

Em 2025, o BRDE contratou R\$ 5,6 bilhões em crédito, dos quais 79,1% estão alinhados a pelo menos um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse indicador é conhecido como percentual de aderência ou visão das operações, e reflete o compromisso do Banco com o desenvolvimento sustentável. Isso significa que, ao longo do ano, o BRDE destinou cerca de R\$ 4,5 bilhões para projetos que contribuem diretamente com o esforço global de promoção dos ODS.

No gráfico a seguir, destacamos os ODS mais impactados positivamente pelo crédito realizado pelo BRDE:



Destacamos o financiamento de R\$ 2,6 bilhões a projetos relacionados aos desafios do ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, sendo este o objetivo mais impactado pela atuação do Banco.

O volume expressivo de recursos destinados a projetos sustentáveis evidencia-se nos financiamentos vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13 — Ação Contra a Mudança Global do Clima — que somaram R\$ 712 milhões, e ODS 12 — Produção e Consumo Sustentáveis — com R\$ 772 milhões.

Parcela significativa desses recursos, enquadrada em ambos os objetivos, foi direcionada à geração de energia a partir de fontes renováveis, além de iniciativas voltadas à eficiência energética — a exemplo da modernização da iluminação pública — e ao fortalecimento da resiliência climática nos municípios.

O BRDE também utiliza como metodologia para a medição dos impactos socioeconômicos de suas contratações a Matriz Insumo-Produto do Brasil, mas com resultados regionalizados sob a perspectiva do emprego, renda e tributos (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS), considerando a demanda gerada pelos investimentos viabilizados pelo BRDE.

Em 2025, os dados referentes aos investimentos do BRDE apontaram a manutenção ou a geração de 83.425 novos postos de trabalho nos estados do Codesul ao longo de um ano. Os resultados de emprego em modelos insumo-produto representam a quantidade de trabalhadores necessária para a expansão da produção, não correspondendo necessariamente à geração líquida de postos. Isso significa que parte desses empregos pode já estar ocupada anteriormente e contribuir para o crescimento da produção por meio de realocação e/ou aumento da produtividade.

As liberações efetuadas pelo BRDE em 2025 contribuíram com R\$ 6,5 bilhões para o Valor Adicionado Bruto (VAB) da região do Codesul. Isso equivale a um impacto de R\$ 1,17 em VAB para cada R\$ 1 liberado pelo Banco. O Valor Adicionado Bruto (VAB) representa o valor que cada setor da economia – agropecuária, indústria e serviços – acresce ao total produzido em uma região. Esse indicador reflete a riqueza gerada e tem peso relevante no cálculo do produto interno bruto (PIB) de cada estado. O estudo também aponta que os financiamentos do BRDE geraram um impacto significativo na arrecadação de ICMS, principal tributo estadual compartilhado entre os municípios, estimado em R\$ 666 milhões na região do Codesul. Além disso, foi constatado um impacto na massa salarial, que alcançou o montante de R\$ 3,0 bilhões.

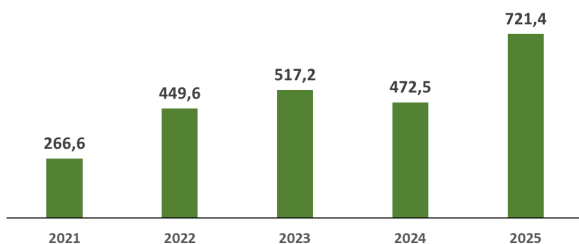
## **DESTAQUES FINANCEIROS**

O lucro líquido do BRDE em 2025 alcançou R\$ 721,4 milhões, representando um crescimento de 52,7% em relação ao resultado de 2024. Esse desempenho expressivo foi impulsionado principalmente pelo aumento das receitas operacionais, em linha com a expansão da carteira de crédito do Banco. O ativo total registrou crescimento de 14,3% em relação ao ano anterior, alcançando R\$ 29,2 bilhões no fim de 2025, também influenciado pelo crescimento do saldo das operações de crédito. O patrimônio líquido (PL) do BRDE manteve sua trajetória de crescimento, encerrando o ano em R\$ 5,2 bilhões — um avanço de 16,4% em relação a 2024. Esse resultado decorre principalmente dos lucros gerados pelo Banco, que são integralmente reinvestidos. O fortalecimento do PL amplia a capacidade de alavancagem do BRDE, permitindo intensificar o apoio ao desenvolvimento econômico na sua área de atuação.

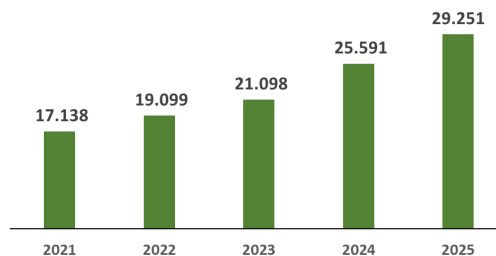
O saldo das operações de crédito e os repasses financeiros do BRDE cresceram 12,1% em 2025, totalizando R\$ 24,1 bilhões (Gráfico 10). Esse resultado reflete o ritmo da contratação de novos empréstimos e financiamentos. A carteira é composta por 44,8 mil clientes ativos, cujos empreendimentos financiados estavam localizados em 1.211 municípios, sendo 1.136 da Região Sul. Ressalta-se que os financiamentos do BRDE estão presentes em 95,4% dos municípios da Região Sul.

**Resultado Líquido BRDE**

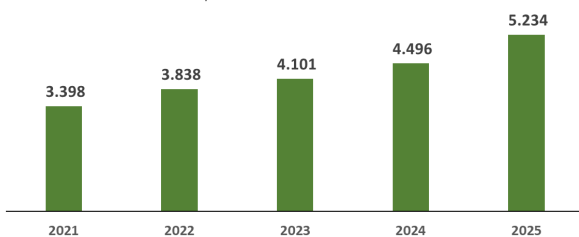
R\$ milhões - Valores nominais

**Ativo Total BRDE**

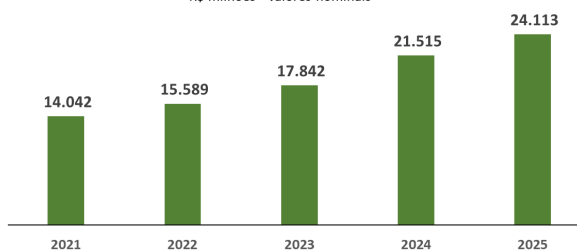
R\$ milhões - Valores nominais

**Patrimônio Líquido BRDE**

R\$ milhões - Valores nominais

**Operações de Crédito BRDE**

R\$ milhões - Valores nominais



O Índice de Basileia do BRDE atingiu 19,94 no exercício de 2025, mantendo níveis adequados de capitalização.

### Captação de recursos no mercado de renda fixa

A política de diversificação de *funding* do BRDE estabelece a emissão de instrumentos de renda fixa como uma das suas frentes de captação de recursos. Em 2025, foram emitidos R\$ 484 milhões por meio de Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCDs), Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Letras Financeiras (LFs), permitindo ao BRDE alcançar a marca de R\$ 1,17 bilhão em recursos captados. A demanda consistente por papéis do BRDE em 2025 e a ampliação do relacionamento com corretoras, fundos de investimento e clientes diretos do Banco evidenciam o reconhecimento do mercado quanto à solidez da instituição.

### Captação de recursos externos

Com foco prioritário em projetos de alto impacto ambiental e climático, o BRDE firmou, em junho, uma nova operação com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor de 120 milhões de euros. Os recursos serão destinados a financiamentos nos estados do sul do Brasil, com destaque para projetos nas áreas de educação, saúde, preservação cultural e resposta a desastres naturais — uma das grandes inovações dessa parceria. Além do crédito, a operação também conta com recursos para assistência técnica voltada, entre outras questões, ao desenvolvimento e o fortalecimento institucional do BRDE.

Essa é a quarta captação de recursos do BRDE com a AFD e a maior em volume desde o início da colaboração. As operações anteriores ocorreram em 2018 (50 milhões de euros), 2020 (70 milhões de euros) e 2022 (100 milhões de euros), todas voltadas a iniciativas de sustentabilidade. Com a nova operação, o total captado pela parceria chega a 340 milhões de euros.

### **Rating**

Periodicamente, o BRDE é submetido à avaliação de risco por agências de rating. Atualmente, a Fitch Ratings, a Moody's Investors Service e a Moody's Local BR são as agências que avaliam o Banco.

A agência Fitch Ratings, na sua análise realizada em maio de 2025 afirmou os credit ratings do BRDE. Os Issuer Default Ratings (IDR, em português, Ratings de Inadimplência do Emissor) de longo prazo em moedas estrangeira e local permaneceram em BB, em linha com o rating soberano, e os IDR de curto prazo em moedas estrangeira e local em B, com a perspectiva estável. A Fitch também afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo em AAA(bra) e o Rating Nacional de Curto Prazo em F1+(bra) do Banco. Considera-se que a qualidade de crédito dos três estados controladores influencia fortemente os ratings do Banco.

Em setembro de 2025, a Moody's Investors Service manteve o rating global de longo prazo do BRDE em ba2, com perspectiva estável. A Moody's Local BR ("Moody's Local") também manteve, em dezembro de 2025, o rating de emissor do BRDE em AA-.br, com perspectiva estável.

O perfil de crédito do Banco é fortalecido por seu elevado nível de capitalização, impulsionado pela incorporação de seus lucros. Além disso, sua classificação de crédito reflete o expressivo apoio dos estados controladores — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — em razão do papel estratégico da instituição no desenvolvimento da Região Sul, especialmente como agente relevante no financiamento do agronegócio.

### **Febraban**

Em outubro, o BRDE tornou-se membro da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), reforçando sua presença no mercado de capitais e sua posição como a segunda maior instituição pública de fomento do país.

A Febraban reúne 112 bancos entre os maiores que operam no Brasil, e o BRDE passa a ser a segunda instituição de fomento associada, ao lado do BNDES. Fundada em 1967, a entidade tem como missão fortalecer o Sistema Financeiro Nacional e sua relação com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e sustentável do país.

## **DESTAQUES INSTITUCIONAIS**

### **Fundo Verde**

O Fundo Verde e de Equidade, criado em 2022, consiste em um conjunto de iniciativas como a formação de parcerias, a estruturação de editais e a seleção de projetos para a promoção de impacto positivo socioambiental, climático e de preservação ao patrimônio histórico e cultural na Região Sul. O Fundo tem como dotação até 1,5% do lucro líquido anual auferido pelo Banco no ano imediatamente anterior, além de possíveis contribuições, doações, transferências ou repasses com destinação específica.

O BRDE, entre 2024 e 2025, realizou onze seleções de projetos em cooperação com parceiros operacionais para receber o financiamento com recursos do Fundo. A seguir,

apresentamos as ações lançadas com parceiros institucionais, em 2025, que contaram com o Fundo Verde e de Equidade:

- **Projetos de Segurança Hídrica:** iniciativa da Teia de Soluções | CAMP Viva Água – Impactos positivos para a segurança hídrica que irá selecionar, capacitar e financiar projetos voltados à segurança hídrica em municípios do Sistema Integrado de Abastecimento Público da Grande Curitiba, dentro da bacia hidrográfica do Alto Iguaçu;
- **Matchfunding TrilhaRS:** edital colaborativo criado para apoiar projetos voltados à regeneração e recuperação do Rio Grande do Sul, severamente afetado por catástrofes climáticas;
- **Créditos de Biodiversidade no Paraná:** em uma iniciativa inédita entre bancos de desenvolvimento, selecionará Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) para participação em projeto voltado à geração e aquisição de Créditos de Biodiversidade;
- **Programa de Descarbonização da Indústria Paranaense:** iniciativa que apoia empresas na transição para uma economia de baixo carbono, alinhada à pauta ESG e aos ODS;
- **Diagnóstico do Saneamento Básico em Santa Catarina:** edital lançado para a elaboração do Diagnóstico do Saneamento Básico em Santa Catarina — etapa fundamental para a construção do Plano Estadual de Saneamento Básico;
- **Hub de Descarbonização – Programa Biogás SC:** projeto-piloto que impactou 50 produtores e entregou planos de negócios personalizados, com o propósito de acelerar a descarbonização da cadeia produtiva, considerando a viabilidade técnica e financeira das soluções;
- **Plano Regional Ação Climática no Médio Vale do Itajaí:** elaborado para conciliar o desenvolvimento urbano sustentável com as questões ambientais, com o alinhamento de diretrizes nacionais e internacionais que atendam os fatores climáticos, de biodiversidade e de proteção civil para 17 municípios da região do Vale;
- **Mulheres Transformam:** nova etapa do programa voltado à capacitação de empreendedoras impactadas pelas enchentes de 2024 no bairro Humaitá (Porto Alegre) e em Eldorado do Sul, uma das cidades mais afetadas pela catástrofe.

### **COP30 em Belém**

A 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), realizada em Belém do Pará, marcou um momento decisivo para a agenda climática global e para o papel do Brasil nas negociações internacionais sobre sustentabilidade, adaptação e transição ecológica.

Para o BRDE, a COP30 foi uma oportunidade estratégica para fortalecer parcerias, apresentar projetos regionais de impacto e consolidar sua atuação como agente financeiro comprometido com a agenda climática e o desenvolvimento sustentável no sul do Brasil.

Atuação do BRDE na COP30:

- participação em 6 painéis temáticos, apresentando soluções de financiamento, parcerias estruturadas e projetos voltados à adaptação climática, prevenção de desastres e resiliência territorial.
- articulação entre municípios e investidores, garantindo que estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas cheguem às comunidades e ecossistemas mais vulneráveis;
- apresentação do Plano Regional de Ação Climática do Médio Vale do Itajaí, desenvolvido em parceria com o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI), a Associação dos Municípios do Vale Europeu (AMVE) e ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, voltado à prevenção de desastres e adaptação climática.

### Apoio à Inovação

O BRDE estabeleceu como uma de suas estratégias a promoção do ecossistema de inovação na Região Sul. Para alcançar esse objetivo, o Banco atua em três frentes complementares, contemplando empresas de diferentes portes e estágios de desenvolvimento. As ações incluem a oferta de financiamentos, a facilitação da interação entre *startups* e as gestoras dos Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dos quais o BRDE é cotista — com vistas a possíveis investimentos — além do apoio proporcionado pela participação em programas de aceleração.

No eixo do financiamento, o BRDE financiou 65 empresas para implantar seus projetos inovadores, totalizando R\$ 345,7 milhões. Para viabilizar essas operações, o BRDE utilizou recursos da Finep, a principal fonte no Brasil para esse tipo de projeto, e de outras instituições financeiras parceiras como BNDES, AFD e BID, assim como recursos próprios do Banco.

Além dos financiamentos para projetos inovadores, o BRDE é investidor em 4 Fundos de Investimento em Participação (FIPs) voltados para o suporte a *startups* em variadas fases de desenvolvimento: Criatec 3, Criatec 4, FIP Anjo e Quartzo Capital VC4. O Banco subscreveu R\$ 47 milhões nesses FIPs que, até o momento, aportaram recursos em 34 empresas inovadoras da Região Sul, com aportes que totalizaram R\$ 133,0 milhões. Além desses, o Banco aprovou, no final de 2025, a subscrição nos FIPs Sul Ventures e Antler Brasil I, ainda carecendo de certos requisitos para a efetiva subscrição.

### BRDE Labs

O programa BRDE Labs foi desenvolvido para fortalecer o ambiente de inovação na Região Sul. Sua proposta é estabelecer um suporte contínuo e não creditício às *startups*, com o BRDE atuando como um agente público alinhado às demandas do mercado inovador. A principal meta do programa é acelerar o crescimento das *startups*, viabilizando o acesso a recursos futuros e parcerias que impulsionem seu sucesso. Além disso, oferece capacitação e oportunidades para o desenvolvimento de negócios, tudo de forma gratuita. No Labs, o Banco também facilita a interação entre *startups* e os FIPs dos quais é cotista, além de promover conexões com empresas consolidadas que são suas clientes, visando a busca de soluções para diversos desafios.

A sexta edição do BRDE Labs Paraná, realizada com o apoio do Hotmilk (PUCPR) e da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham-Brasil), escolheu a Inteligência Artificial (IA) como tema central. Das 155 *startups* inscritas, 19 foram selecionadas e participaram da fase de imersão, a qual contou com reuniões com as empresas, mentoria de Provas de Conceito (POC), consultoria para avaliação das propostas e *workshops*. Por fim, dez *startups* foram acompanhadas na elaboração das Provas de Conceito (POC).

O BRDE Labs de 2025, coordenado pela Agência do Rio Grande do Sul, contou novamente com a parceira da Feevale Techpark. O programa visou apoiar o desenvolvimento de *startups* em fase de operação em cinco áreas prioritárias: agronegócio; saúde; indústria, comércio e serviços; e tecnologia da informação. Dos 150 inscritos, a iniciativa selecionou 15 para participar do processo de aceleração. Além dos quatro grandes vencedores, todas as outras 11 *startups* concluintes do ciclo de aceleração receberam uma premiação oferecida pelo BRDE como apoio a suas atividades.

Com o objetivo de apoiar *startups* que já passaram por processos de aceleração no Rio Grande do Sul, foi lançado o BRDE Labs RS 2.0, iniciativa que conta com a parceria do Tecnopuc, localizado em Porto Alegre, em sua implementação. O foco é gerar oportunidades de negócios para as *startups* com empresas que atuaram como âncoras nos programas de aceleração promovidos pelo Banco ao longo dos últimos seis anos. O BRDE Labs RS 2.0 terá como áreas prioritárias os segmentos de agrobusiness, saúde, indústria 4.0, logística, GovTech, meio ambiente e fintechs.

A edição 2025 do BRDE Labs Santa Catarina contou com três frentes de apoio: Growth, Venture e Innovation, cada uma com objetivos específicos para impulsionar o ecossistema de inovação no estado. O BRDE Labs Growth, voltado para *startups* em fase de operação e tração apoiou 64 empresas na estruturação de processos comerciais, escalonamento de vendas e validação de modelos de negócio. Ao longo do ano, foram realizados *workshops*, mentorias coletivas e encontros regionais, além de uma premiação de R\$ 360 mil dividida entre as 18 *startups* vencedoras, sendo as três primeiras colocadas das respectivas seis regiões do estado.

Focado na preparação para captação de investimentos, o BRDE Labs Venture selecionou 30 *startups* que já haviam participado do Growth em edições anteriores. No Investor Day, 14 finalistas apresentaram seus projetos, resultando em 2 *startups* investidas.

Principal novidade da edição, o BRDE Labs Innovation promoveu inovação aberta e conexão entre *startups* e quatro grandes empresas catarinenses. Essas empresas âncoras apresentaram seus desafios e avaliaram 20 propostas de soluções. Três dessas *startups* já foram contratadas para implementar suas soluções.

### **BRDE como Agente Estratégico das Políticas Públicas**

O BRDE considera essencial desempenhar um papel estratégico para os estados controladores na criação, promoção e implementação de políticas públicas destinadas a estados e municípios. A missão institucional do Banco inclui a integração das políticas de desenvolvimento, atuando como um interlocutor e facilitador de iniciativas na sociedade.

Como banco de desenvolvimento, o BRDE utiliza seu conhecimento técnico para conectar as necessidades da economia aos objetivos das políticas públicas.

A seguir, destacamos os programas de financiamento construídos com a participação dos estados-controladores em 2025 e a atuação com as Parceiras Público-Privadas (PPPs):

#### Programa para Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina

O BRDE tem atuado como parceiro estratégico do Governo de Santa Catarina na elaboração e execução da nova edição do Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE SC). O objetivo é fomentar o ambiente de negócios e impulsionar a produtividade e competitividade das micro e pequenas empresas catarinenses.

Para acessar o crédito, as empresas devem atender a um dos três critérios: aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), participação em programas de exportação ou internacionalização e comprovação de inovação. O programa disponibiliza financiamentos para capital de giro, com condições atrativas. Até dezembro, o BRDE financiou R\$ 283,7 milhões para 1.945 empresas, com um valor médio de R\$ 145,9 mil por operação, demonstrando o melhor acesso ao crédito pelos pequenos empreendimentos.

#### Programa Irriga Paraná

O Governo do Paraná lançou o Programa Irriga Paraná com o objetivo de ampliar a área irrigada no estado, aumentando a produtividade das safras e reduzindo os impactos de longos períodos de seca sobre a produção agrícola.

Com investimentos previstos de R\$ 200 milhões, o programa combina linhas de crédito com juros subsidiados e incentivo à pesquisa científica. O BRDE participou da elaboração do programa e é responsável pela operacionalização da linha de crédito, destinada à aquisição de sistemas de irrigação para lavouras. Por esse programa, o Banco financiou 11 projetos de irrigação, totalizando R\$ 6,9 milhões e beneficiando uma área total de 218,9 hectares.

#### Estrada Boa Rural em Santa Catarina

O programa Estrada Boa Rural, do Governo de Santa Catarina, foi lançado em julho com o objetivo de promover a pavimentação de estradas localizadas em áreas rurais, visando a melhoria da infraestrutura viária, a segurança do tráfego, a integração regional e ao escoamento da produção agrícola e agroindustrial. A estimativa é pavimentar 2.500 quilômetros de vias rurais em todos os 295 municípios do estado, com um investimento total de R\$ 2,5 bilhões. Parte desse montante será transferida diretamente do governo aos municípios, e parte será financiada pelo BRDE.

Ao melhorar as condições das estradas, o programa reduzirá diretamente os custos de transporte para os produtores a fim de facilitar o escoamento da produção e fortalecer toda a cadeia de suprimentos agroindustrial. Os investimentos preveem a redução no tempo de deslocamento a serviços públicos essenciais, como unidades de saúde e educação, e a diminuição dos acidentes de trânsito.

Até dezembro, BRDE recebeu demandas de 54 municípios no âmbito do Programa, as quais totalizam R\$ 226,8 milhões em investimentos.

### Programa de Apoio às Empresas Exportadoras da Região Sul

As novas tarifas de importação dos produtos brasileiros, anunciadas em julho pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA), influenciaram diversos setores exportadores da Região Sul do Brasil. Para mitigar os efeitos negativos dessas novas regras do comércio internacional, o BRDE, em conjunto com os governos do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, elaborou e implementou um programa de financiamento de capital de giro para empresas e cooperativas exportadoras, que mantenham ou tenham mantido relações comerciais, diretas ou indiretas, com os EUA e que tenham sido impactadas pelas tarifas de importação impostas por aquele país. Cada estado tem seus critérios, mas, em comum, consta o pagamento parcial do custo com juros dos empréstimos.

O programa efetivou R\$ 185,4 milhões em contratação de financiamento para 78 empresas, resultando em um financiamento médio de R\$ 2,4 milhões por empresa.

### Crédito emergencial para empreendedores afetados por eventos climáticos

Para apoiar empresas, cooperativas e produtores rurais impactados pelos temporais e tornados que atingiram o Paraná em novembro, o BRDE lançou a linha BRDE Promove/Recupera Sul, com condições diferenciadas para recuperação dos negócios.

Em Santa Catarina, onde diversos municípios também foram afetados por chuvas intensas no fim de novembro, o BRDE disponibilizou R\$ 50 milhões por meio do Programa PRONAMPE SC Desastres Naturais. A execução do programa ocorre em parceria com cooperativas de crédito que atuam em Santa Catarina. Até o fim de 2025, 6 empresas e 20 produtores rurais acessaram um total de R\$ 1,9 milhão por meio dessa linha de financiamento no estado.

### Parcerias Público-Privadas (PPP)

O BRDE não apenas oferece crédito e suporte técnico para projetos privados e municipais que estejam em conformidade com as políticas públicas dos estados controladores, mas também desempenha um papel fundamental na estruturação de PPPs, concessões e outras formas de envolvimento do setor privado na gestão e prestação de serviços públicos. O Banco tem sido parceiro de estados e municípios em sua área de atuação, buscando facilitar o desenvolvimento da infraestrutura pública.

Nesse ano, o BRDE e os municípios de São Bento do Sul e Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, de Tramandaí e de Alvorada, no Rio Grande do Sul, assinaram contratos de estruturação de PPP. O objetivo comum desses projetos é a delegação, mediante concessão administrativa, do serviço público de iluminação pública nos municípios, incluídas a modernização, efficientização, expansão, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública.

Também foi formalizado o contrato entre o BRDE, o BNDES e a Prefeitura Municipal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, com o objetivo de estruturar uma PPP voltada à modernização da infraestrutura educacional do município. A modelagem dessa Parceria contempla a delegação das atividades de gestão e operação de até 30 unidades escolares ao futuro concessionário, permitindo que os profissionais da educação se concentrem nas funções pedagógicas.

### Visão Regional 2040

Em abril, o BRDE apresentou a versão final do Projeto Visão Regional 2040 durante a reunião dos governadores do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul). O estudo foi elaborado por especialistas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com apoio técnico do Codesul, do BRDE e das secretarias de planejamento dos estados membros do Conselho.

A iniciativa propõe uma visão integrada e de longo prazo para o desenvolvimento da região do Codesul, com base em um diagnóstico abrangente. O estudo inclui o levantamento de investimentos previstos, o mapeamento de potencialidades e gargalos, além da definição de eixos prioritários, diretrizes estratégicas, indicadores e metas para os próximos 15 anos.

### **Planejamento Estratégico 2025-2030 do BRDE**

O BRDE concluiu a revisão integral do seu Planejamento Estratégico em 2025, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento regional sustentável. O novo planejamento estabelece como legados institucionais o fortalecimento das cadeias produtivas, o apoio às cidades, o incentivo à inovação e a promoção da sustentabilidade. A partir desses pilares, foram definidos objetivos e ações estratégicas que orientarão a atuação do Banco nos próximos anos, com foco em gerar valor para a sociedade.

A elaboração do novo Planejamento Estratégico do BRDE envolveu várias áreas do Banco e está bem alinhada com o projeto Visão Regional 2040.

A missão do BRDE passou a ser “Apoiar quem produz e transformar vidas”. Na sequência, foi construído o novo Mapa Estratégico, que conta com 9 eixos principais, 4 legados, 18 objetivos, 39 indicadores e 26 ações estratégicas. Por fim, foi definido o modelo para acompanhar e avaliar a estratégia, assim como o Plano de Comunicação do Planejamento Estratégico.

### **Gerenciamento de Riscos**

O BRDE, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4.557/2017 e de regulamentação complementar, possui estrutura de gerenciamento de riscos segregada das demais unidades de negócio e da unidade executora da atividade de auditoria interna. A Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance (SURIS) é a responsável pela elaboração e revisão das políticas e dos relatórios de gerenciamento de riscos, funcionando sob a administração do Chief Risk Officer – CRO e reportando-se diretamente ao Comitê de Riscos, ao Diretor-Presidente e ao Conselho de Administração. O relatório que define a estrutura de gerenciamento contínuo de riscos e de capital está disponível no *site* do Banco (<https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/estrutura/>).

Em atendimento à Resolução BCB nº 54/2020, o BRDE apresenta seu Relatório de Pilar 3, reunindo um conjunto abrangente de informações a respeito da sua gestão de risco e de capital. Ao proporcionar às partes interessadas amplo acesso às informações sobre os riscos e gestão, o BRDE busca atender às recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária, notadamente no que diz respeito à transparência, favorecimento da disciplina de mercado e redução de assimetria de informações. O relatório de Pilar 3 se encontra disponível em: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/pilar-3/>, sendo

disponibilizado também em forma de dados abertos segundo as especificações estabelecidas pelo BACEN em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/pilar3> .

### **Agradecimentos**

Os resultados apresentados à sociedade nesse relatório não seriam possíveis sem os esforços conjuntos dos estados-controladores e representantes da sociedade civil. Nesse contexto, a Diretoria agradece aos clientes por confiar no apoio do BRDE, aos repassadores de recursos pela contínua e crescente parceria no processo de desenvolvimento, aos Governos dos Estados-Controladores, ao Conselho de Administração, aos Comitês de apoio e aos demais parceiros pela confiança depositada. Agradece, ainda, aos funcionários, reafirmando seu reconhecimento pela colaboração recebida.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2025.

## BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31/12/2025
<b>Disponibilidades</b>	<b>5</b>	<b>7.445</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>29.333.697</b>
<b>Ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>6</b>	<b>4.904.218</b>
<b>Ao valor justo por outros resultados abrangentes</b>	<b>7</b>	<b>71.638</b>
<b>Ao custo amortizado</b>		<b>24.357.841</b>
Carteira de crédito	8.1	24.244.919
Outros ativos financeiros	8.2	112.922
<b>(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>9</b>	<b>(640.495)</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>10</b>	<b>73.590</b>
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	<b>16.2</b>	<b>431.410</b>
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>38.599</b>
Imobilizado de uso		77.649
(-) Depreciação acumulada		(39.050)
<b>Intangível</b>		<b>7.014</b>
Ativo intangível		56.534
(-) Amortização acumulada		(49.520)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>29.251.260</b>
PASSIVO	Nota	31/12/2025
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>		<b>22.686.540</b>
Depósitos e captações no mercado	11	1.263.903
Repasse do país	12	17.225.374
Empréstimos e repasses do exterior	12	3.681.865
Outros passivos financeiros	13	515.398
<b>Passivos financeiros ao valor justo no resultado</b>	<b>6.3</b>	<b>19.466</b>
<b>Outros passivos</b>	<b>14</b>	<b>837.831</b>
<b>Provisões</b>	<b>15</b>	<b>159.280</b>
<b>Passivos fiscais diferidos</b>	<b>16.2</b>	<b>34.342</b>
<b>Passivo atuarial</b>	<b>17</b>	<b>279.904</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>24.017.363</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2025
Capital social	18.1	3.499.877
Reservas de lucro	18.2	1.774.113
Outros resultados abrangentes		(40.093)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.233.897</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>29.251.260</b>

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º semestre	Exercício
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>19</b>	<b>1.691.669</b>	<b>3.231.237</b>
Carteira de crédito		1.385.236	2.697.948
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos		306.433	533.289
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>19</b>	<b>(816.460)</b>	<b>(1.562.293)</b>
Depósitos e captação no mercado		(85.841)	(149.942)
Operações de empréstimos e repasses		(714.834)	(1.371.598)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos		(15.785)	(40.753)
<b>Resultado da intermediação financeira</b>	<b>19</b>	<b>875.209</b>	<b>1.668.944</b>
<b>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>9.3</b>	<b>(145.149)</b>	<b>(133.389)</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(288.628)</b>	<b>(488.415)</b>
Receitas de prestação de serviços	20	32.153	61.179
Despesas com pessoal	21	(141.941)	(274.697)
Outras despesas administrativas	22	(70.192)	(119.670)
Despesas tributárias	23	(42.470)	(79.539)
Provisões cíveis e trabalhistas		5.660	(10.607)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	(71.838)	(65.081)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>441.432</b>	<b>1.047.140</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>16.1</b>	<b>(35.037)</b>	<b>(305.314)</b>
Corrente		(124.129)	(409.830)
Diferido	16.2	89.092	104.516
<b>Participações no lucro</b>		<b>(10.425)</b>	<b>(20.460)</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>395.970</b>	<b>721.366</b>
Resultado líquido básico e diluído por ação (lote de 1.000 ações)		0,11	0,21

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º semestre	Exercício
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>395.970</b>	<b>721.366</b>
<b>Itens que podem ser reclassificados para o resultado</b>		
<b>Ativos financeiros mensurados VJORA</b>	<b>(71)</b>	<b>22</b>
Variação do valor de mercado	(71)	22
Efeito tributário	-	-
<b>Itens que não podem ser reclassificados para o resultado</b>		
<b>Benefício pós-emprego</b>	<b>(7.725)</b>	<b>(5.347)</b>
Variação atuarial	(10.372)	(16.418)
Efeito tributário	2.647	11.071
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b>(7.796)</b>	<b>(5.325)</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>388.174</b>	<b>716.041</b>

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Nota	Capital social	Reservas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldo em 01/07/2025</b>		<b>3.499.877</b>	<b>1.781.847</b>	<b>(32.297)</b>	<b>-</b>	<b>5.249.427</b>
Ajustes ao valor de mercado TVM				(71)		(71)
Ajustes de avaliação atuarial				(7.725)		(7.725)
Aumento do capital						
Juros sobre o capital próprio			(403.704)			(403.704)
Lucro líquido do período					395.970	395.970
Constituição de reservas			395.970		(395.970)	-
<b>Saldo em 31/12/2025</b>		<b>3.499.877</b>	<b>1.774.113</b>	<b>(40.093)</b>	<b>-</b>	<b>5.233.897</b>

	Nota	Capital social	Reservas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldo em 31/12/2024</b>		<b>2.487.333</b>	<b>2.043.333</b>	<b>(34.768)</b>	<b>-</b>	<b>4.495.898</b>
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966	18.2		25.052			25.052
<b>Saldo em 01/01/2025</b>		<b>2.487.333</b>	<b>2.068.385</b>	<b>(34.768)</b>	<b>-</b>	<b>4.520.950</b>
Ajustes ao valor de mercado TVM				22		22
Ajustes de avaliação atuarial				(5.347)		(5.347)
Aumento do capital	18.1	1.012.544	(611.934)			400.610
Juros sobre o capital próprio			(403.704)			(403.704)
Lucro líquido do exercício					721.366	721.366
Constituição de reservas			721.366		(721.366)	-
<b>Saldo em 31/12/2025</b>		<b>3.499.877</b>	<b>1.774.113</b>	<b>(40.093)</b>	<b>-</b>	<b>5.233.897</b>

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2º semestre	Exercício
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes dos impostos e participações	441.432	1.047.140
<b>Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais</b>	<b>226.704</b>	<b>252.095</b>
Depreciação e amortização	3.734	7.282
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	145.149	133.389
Reversão/Provisão para perdas esperadas não associadas ao risco de crédito	(5.660)	10.607
Provisão para perdas de outros ativos	230	4.031
Prejuízo na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	-	166
Custo sobre o passivo atuarial	83.251	96.620
<b>Variação de ativos e passivos</b>	<b>(357.207)</b>	<b>(1.062.324)</b>
(Aumento) / redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	(305.308)	(538.862)
(Aumento) / redução na carteira de crédito	(1.057.396)	(2.581.671)
(Aumento) / redução em outros ativos financeiros	3.722	6.428
(Aumento) / redução em outros ativos	(14.055)	(29.089)
Aumento / (redução) dos passivos financeiros	1.056.048	2.798.508
Aumento / (redução) de outros passivos	45.040	(451.275)
Aumento / (redução) de provisões e passivo atuarial	(33.138)	(36.192)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(52.120)	(230.171)
<b>Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais</b>	<b>310.929</b>	<b>236.911</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível	(2.209)	(3.240)
Aquisição de imobilizado	(803)	(3.263)
Alienação de imobilizado	38	38
<b>Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos</b>	<b>(2.974)</b>	<b>(6.465)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Juros de capital próprio e recurso do fundo impulsiona sul capitalizados	-	200.610
Aporte de recursos no capital por sócios	-	200.000
<b>Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos</b>		<b>400.610</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa</b>	<b>307.955</b>	<b>631.056</b>
<b>Modificação da posição financeira</b>		
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do período	1.829.450	1.506.349
Saldo de caixa e equivalente de caixa no fim do período	2.137.405	2.137.405
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa</b>	<b>307.955</b>	<b>631.056</b>

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (“BRDE”) é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui uma agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 25 de março de 2026.

### 2.2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e do CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por ações, desde que não sejam conflitantes com as regulamentações emanadas pelos órgãos reguladores.

A apresentação das demonstrações está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que foram recepcionados pelos órgãos reguladores.

O Balanço Patrimonial está apresentado por ordem de liquidez e de exigibilidade, para as contas do ativo e do passivo, respectivamente, conforme prerrogativa prevista no art. 23 da Resolução BACEN nº 2/2020, sendo a segregação dos valores em curto e longo prazo apresentada na nota 4.

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispondo sobre os critérios contábeis aplicáveis a

instrumentos financeiros, trazendo os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e CPC 48. Como principal impacto, a Resolução CMN nº 4.966/2021 revogou a Resolução CMN nº 2.682/1999, que definia a base de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito através do conceito da perda incorrida. Adicionalmente, a Resolução BCB nº 352/23 define critérios específicos para reconhecimento, mensuração e provisão de risco de crédito para instrumentos financeiros.

Os critérios contábeis oriundos por esta Resolução foram aplicados prospectivamente a partir de sua vigência, e seus efeitos de ajustes decorrente das mudanças de metodologia de critérios contábeis foram registrados em contrapartida aos Lucros e Prejuízos acumulados, por seu saldo líquido de efeitos tributários.

Seguindo as diretrizes do artigo 79 da Resolução CMN 4.966/2021, durante o exercício de 2025 não serão apresentadas as demonstrações financeiras para fins comparativos aos períodos anteriores.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 3.1 Caixas e equivalentes de caixa

Compreendem as disponibilidades em moeda nacional, estrangeira, depósitos bancários e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundos de investimentos, com vencimentos em até 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor.

#### 3.2 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da sua aquisição, originação ou emissão, pelo seu valor de transação ou pelo valor justo, nos casos cabíveis.

##### a. Ativos financeiros

A classificação e mensuração subsequente é feita com base no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros e nas características do fluxo de caixa contratuais (teste SPPJ).

- Modelo de negócios: refere-se a maneira pela qual o BRDE gerencia os seus ativos financeiros para gerar fluxo de caixa, podendo ser: (i) modelo de negócio cujo objetivo é manter os ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto a venda; (iii) outros modelos.
- Teste SPPJ: analisa as características de caixa dos ativos financeiros, com o objetivo de evidenciar se os fluxos de caixa desses ativos são exclusivamente formados por pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortizado (CA): ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nessa categoria os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo incluindo os custos de transação e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativos financeiros que atendam aos critérios do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos contratuais quanto para venda. Os ativos são inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação e os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receitas de juros) são reconhecidos em outros resultados abrangentes.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): os ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou designados no reconhecimento inicial como VJR para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis. São inicial e subsequentemente avaliados a valor justo sendo os custos de transações e as modificações subsequentes do valor justo reconhecidas diretamente no resultado do período.

#### **b. Passivos financeiros**

No BRDE, como regra geral, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado, refletindo a expectativa de fluxo de caixa contratual ao longo do tempo. Exceção à regra geral estão os derivativos passivos, operações envolvendo empréstimos ou aluguel de ativos financeiros e passivos resultantes da transferência de ativos que devem ser classificados como VJR.

Compromissos de crédito, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas seguem critérios específicos de reconhecimento e mensuração, levando em consideração tanto a expectativa de perdas esperadas quanto o valor justo no momento inicial.

#### **c. Instrumentos financeiros derivativos**

A atuação do BRDE no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo BRDE. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações são contabilizadas no resultado.

O BRDE adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* a valor justo, para as operações de *swap* elegíveis para tal. Os instrumentos classificados nessa categoria se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas, realizados ou não, registrados em conta de resultado.

A parcela não efetiva do *hedge* é imediatamente reconhecida no resultado do exercício.

As informações detalhadas das operações envolvidas, suas estratégias, os objetivos da gestão de risco, contemplando a sua efetividade, são documentadas desde o início das operações a fim de evidenciar seus principais elementos envolvidos, quais sejam: (i) objetivo do *hedge*; (ii) identificação documental do risco objeto de *hedge* e gerenciamento do risco; (iii) classificação e estratégia do *hedge*; (iv) procedimentos internos de escrituração; (v) identificação de objeto e instrumento de *hedge*.

**d. Mensuração do valor justo**

O BRDE utiliza a seguinte hierarquia para mensuração do valor justo dos seus instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para os instrumentos financeiros semelhantes ou baseado em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são fundamentados em dados observáveis em mercados ativos;
- Nível 3: modelos de precificação que utilizam referências de preços, taxas e dados não observáveis no mercado.

**e. Taxa efetiva de juros (TJE)**

A taxa efetiva de juros (TJE) é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.

A aplicação da TJE ocorre sobre o valor contábil bruto do instrumento financeiro, ajustado da seguinte forma:

- Para os ativos financeiros devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento;
- Para os passivos financeiros devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

O BRDE, após estudo técnico elaborado para tal finalidade, adotou para os custos e receitas atribuíveis a utilização do critério da materialidade previsto no art. 13 da Resolução BCB nº 352/2023, de forma que sua TJE é igual a taxa contratual.

**f. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A Resolução CMN nº 4.966/2021 determina que o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito passa a ser baseado em um modelo prospectivo de perdas esperadas. Devido ao seu enquadramento, segmento S3, o BRDE é obrigado a adotar a metodologia completa.

O BRDE reconhece provisão para perdas de crédito desde o momento do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base na expectativa de perda futura. A partir daí avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual e coletiva, através de grupos homogêneos, fazendo com que o instrumento financeiro seja classificado em alguns dos seguintes estágios:

- Estágio 1: são alocados os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial;
- Estágio 2: são alocados os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio e que deixarem de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito; e

- Estágio 3: são alocados os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, considerados ativos problemáticos. Enquadram-se nesse estágio: (i) os ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias); (ii) ativos financeiros que tenham indicativo que não honraram integralmente suas obrigações; (iii) ativos financeiros reestruturados.

Para os ativos financeiros inadimplidos, como parte do total da provisão esperada, é constituída provisão sobre perdas incorridas. O nível de provisão das operações deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos no Anexo I da Resolução BCB nº 352/2023, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

É vedado o reconhecimento, no resultado do período, as receitas geradas pelos ativos problemáticos (*stop-accrual*). Essas receitas são apropriadas ao resultado quando do seu efetivo recebimento, não se aplicando às receitas geradas pela recuperação de ativos baixados.

A regularização do atraso, além de outros fatores definidos em Política aprovada pela Administração do BRDE, justifica a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura).

O BRDE, através de modelos estatísticos internos, efetua o cálculo das perdas esperadas, considerando os seguintes fatores:

- PD (*Probabilidade of default*) – Probabilidade de ocorrência do *default* (inadimplência) em janela de tempo pré-determinada;
- EAD (*Expousure at default*) – Representa o valor em aberto no momento do *default*;
- LGD (*Loss given default*) – É o percentual de perda após o evento de *default*.

#### **g. Baixa do instrumento financeiro**

A baixa de um ativo financeiro, conforme definido na Resolução CMN nº 4.966/2021, ocorre quando:

- os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram;
- ocorrer a venda ou transferência deste ativo;
- não houver mais expectativa de sua recuperação (*write-off*).

De acordo com a política aprovada pela sua Administração, no BRDE o *write-off* ocorre no 21º mês após ser classificado como inadimplente (atraso superior a 90 dias), mas manterá controles para identificação dos ativos financeiros baixados enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, observado prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Os passivos financeiros são baixados quando extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada, vencida ou expirada.

#### **h. Recuperação e reestruturação**

A renegociação é um acordo que implica na alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

A reestruturação é uma renegociação que envolve concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas

caso não ocorresse tal deterioração. Nesse caso, o valor contábil bruto do instrumento financeiro deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, sendo descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada ou pela taxa de juros repactuada. A Resolução CMN nº 5.146/2024 faculta, até dezembro de 2026, a utilização da taxa de juros efetiva repactuada.

### 3.3 Outros ativos

Relativo ao BRDE são compostos, basicamente, por ativos não financeiros mantidos para venda (AMVS) e por despesas antecipadas. Os ativos não financeiros mantidos para venda correspondem a bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou de duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio não mais utilizáveis e disponíveis para venda.

Anualmente é feita a avaliação destes AMVS e caso o valor apurado seja inferior ao contabilizado é constituída uma provisão por redução do valor recuperável do ativo.

### 3.4 Imobilizado e intangível

Os bens que constituem o imobilizado são contabilizados pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e ajustado ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil dos bens.

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, basicamente softwares e direitos de uso, adquiridos ou desenvolvidos internamente destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. São demonstrados pelo custo de aquisição e pelos demais custos diretamente atribuíveis, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

### 3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é composta por tributos correntes, os quais são pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

A provisão para IRPJ é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o BRDE é de 20%.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico elaborado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no exercício de realização destes ativos. Os ativos fiscais diferidos são registrados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, e observam os critérios para constituição, manutenção e baixa, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. No caso dos passivos fiscais diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem.

Aqueles decorrentes de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:
  - a) cronograma de reembolso do crédito; e
  - b) enquadramento em perdas conforme a Lei n.º 14.467/2022;
- Demais provisões: previsão de pagamento.

### **3.6 Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante delas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos semelhantes, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

### **3.7 Benefício pós-emprego**

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 17). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado semestralmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da “aquisição” do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.

- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

Em consonância ao CPC 33 (R1), quando do processo de destinação de reserva especial de Plano de Benefício, apurado conforme regras emitidas pelas autoridades regulatórias, na condição de patrocinador e a fim de representar patrimonialmente de forma efetiva o benefício econômico de direito do BRDE a valor presente, o Banco constitui um ativo atuarial para este fim.

### **3.8 Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização.

### **3.9 Resultado não recorrente**

Consideramos como resultado não recorrente aquele que não esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e de alguma forma não esteja previsto para ocorrer com eventual frequência nos exercícios futuros. Quando ocorrido demonstramos esse resultado em nota explicativa.

**4. SEGREGAÇÃO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE**

Em atendimento ao parágrafo único do art. 23 da Resolução BACEN nº 02/2020, apresentamos, para os itens patrimoniais, a segregação circulante e não circulante.

<b>ATIVO</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Disponibilidades	7.445	-
Ativos financeiros mensurados:	6.905.857	22.427.840
Ao valor justo no resultado	2.934.005	1.970.213
Ao valor justo em outros resultados abrangentes	-	71.638
Ao custo amortizado:	3.971.852	20.385.989
Carteira de crédito	3.943.897	20.301.022
Demais ativos financeiros	27.955	84.967
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(117.579)	(522.916)
Outros ativos	28.840	44.750
Ativos fiscais diferidos	-	431.410
Imobilizado	-	38.599
Intangível	-	7.014
<b>PASSIVO</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Depósitos e captações no mercado	360.917	902.986
Repasses do país	2.641.328	14.584.046
Empréstimos e repasses do exterior	545.297	3.136.568
Outros passivos financeiros	515.398	-
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	8.418	11.048
Outros passivos	815.115	22.716
Provisões	30.328	128.952
Passivos fiscais diferidos	-	34.342
Passivo atuarial	-	279.904

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>31/12/2025</b>
Disponibilidades	7.445
Cotas de fundo de investimento	2.129.960
<b>Total</b>	<b>2.137.405</b>

## 6. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

### 6.1 Composição da carteira

	Valor aquisição	Valor Justo		Saldo em 31/12/2025
		Nível 1	Nível 2	
Cotas de fundo de renda fixa - nota 5	2.129.960	2.129.960	-	2.129.960
Cotas de fundo de renda fixa <sup>(1)</sup>	2.136.563	2.392.890	-	2.392.890
Cotas de fundo de renda fixa - recursos FSA	332.652	332.652	-	332.652
Cotas de fundo de participação <sup>(2)</sup>	37.350	47.478	-	47.478
Instrumentos financeiros derivativos - nota 6.3	38	-	38	38
Outros	1.200	1.200	-	1.200
<b>Total</b>	<b>4.637.763</b>	<b>4.904.180</b>	<b>38</b>	<b>4.904.218</b>

(1) Deste montante, R\$ 9.778 estão caucionados a processos judiciais trabalhistas.

(2) São cotas de fundos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo suas contas atualizadas de acordo com os valores divulgados pelos respectivos administradores.

### 6.2 Prazo dos instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Até 1ano	De 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Cotas de fundo de renda fixa	2.601.353	1.150.770	770.727	4.522.850
Cotas de fundo de renda fixa - recursos FSA	332.652	-	-	332.652
Cotas de fundo de participação	-	-	47.478	47.478
Instrumentos financeiros derivativos	-	38	-	38
Outros	-	-	1.200	1.200
<b>Total</b>	<b>2.934.005</b>	<b>1.150.808</b>	<b>819.405</b>	<b>4.904.218</b>

### 6.3. Instrumentos financeiros derivativos

	31/12/2025
<b>Ativo</b>	<b>38</b>
Contratos swap - sem estrutura de hedge	38
<b>Passivo</b>	<b>19.466</b>
Contratos swap - com estrutura de hedge - nota 6.4	19.334
Contratos swap - sem estrutura de hedge	132

### 6.4 Contabilidade de *Hedge*

O BRDE possui estruturas de *hedge* de valor de mercado para se proteger dos riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada pelo BRDE junto às instituições financeiras internacionais.

A proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, nas seguintes condições:

- Ponta ativa: Euro + SOFR + taxa contratual;
- Ponta passiva: Real + CDI + taxa contratual.
- Periodicidade e vencimento: idênticos ao do objeto de *hedge*.

As variações de marcação a mercado dos instrumentos de *hedge* e dos itens objeto de *hedge*, em estruturas de valor de mercado são reconhecidos diretamente no resultado.

	Valor referencial	Valor da curva	Ajuste valor justo	Valor de mercado
Instrumento	208.433	18.361	973	19.334
Objeto	208.433	200.364	(990)	199.374

A avaliação da efetividade da estrutura de *hedge* é realizada no momento da designação e revisada periodicamente por ocasião dos encerramentos contábeis. A metodologia adotada para os testes de efetividade se baseia no quociente entre o ajuste a valor de mercado do instrumento de *hedge* e o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, o que permite ao BRDE avaliar a variação de mercado líquida das apropriações (*accruals*) da curva.

A posição das captações externas protegidas por derivativos:

Instituição	Valor captado <sup>(1)</sup>	Data inicial	Data final	Indexador
CAF	U\$ 30.000	10/04/2025	15/02/2028	SOFR6M+1,3%a.a.
CAF	U\$ 5.700	15/09/2025	15/08/2029	SOFR6m+1,85%a.a.

(1) valores expressos em milhares na moeda captada

## 7. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

### 7.1 Composição da carteira

	Valor aquisição	Valor Justo		Saldo em 31/12/2025
		Nível 1	Nível 2	
Letras financeiras do tesouro	71.638	71.638	-	71.638
<b>Total</b>	<b>71.638</b>	<b>71.638</b>	<b>-</b>	<b>71.638</b>

### 7.2 Prazo dos instrumentos mensurados ao valor justo por outros resultados abrangentes

	Até 1ano	De 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Letras financeiras do tesouro	-	38.988	32.650	71.638
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>38.988</b>	<b>32.650</b>	<b>71.638</b>

## 8. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

## 8.1 CARTEIRA DE CRÉDITO

## a. Composição por classe e estágio

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	2.115.377	317.167	110.380	2.542.924
Financiamentos	8.763.493	1.384.758	585.546	10.733.797
Financiamentos rurais	9.507.414	1.198.517	84.609	10.790.540
<b>Total operações de concessão de crédito</b>	<b>20.386.284</b>	<b>2.900.442</b>	<b>780.535</b>	<b>24.067.261</b>
Repasses interfinanceiros	45.627	-	-	45.627
Aval e fiança honrado	358	-	3.842	4.200
Títulos características de concessão de crédito	66.943	-	-	66.943
Venda a prazo de ativos não financeiros (AMV)	53.859	6.955	74	60.888
<b>Total operações caract. concessão de crédito</b>	<b>166.787</b>	<b>6.955</b>	<b>3.916</b>	<b>177.658</b>
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>20.553.071</b>	<b>2.907.397</b>	<b>784.451</b>	<b>24.244.919</b>

## b. Movimentação da carteira de crédito

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>20.958.562</b>	<b>88.965</b>	<b>621.687</b>	<b>21.669.214</b>
Constituições (reversões) líquidas	970.375	1.598.032	13.264	2.581.671
<i>Write-off</i>	-	-	(5.966)	(5.966)
Mudança de estágio:	(1.375.866)	1.220.400	155.466	-
entre estágios 1 e 2	(1.257.717)	1.257.717	-	-
entre estágios 1 e 3	(118.149)	-	118.149	-
entre estágios 2 e 3	-	(37.317)	37.317	-
<b>Saldo final</b>	<b>20.553.071</b>	<b>2.907.397</b>	<b>784.451</b>	<b>24.244.919</b>

## c. Composição por faixa de vencimento

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Até 1 ano	3.496.880	290.515	156.502	3.943.897
De 1 a 5 anos	10.208.465	1.280.523	252.298	11.741.286
Acima de 5 anos	6.847.726	1.336.359	375.651	8.559.736
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>20.553.071</b>	<b>2.907.397</b>	<b>784.451</b>	<b>24.244.919</b>
<b>Vencidos há mais de 30 dias</b>	<b>-</b>	<b>184.533</b>	<b>478.488</b>	<b>663.021</b>

**d. Composição da carteira por setor de atividade**

	31/12/2025	%
Setor público	1.463.414	6,04%
Setor privado	22.781.505	93,96%
Agropecuária	6.615.278	27,28%
Indústria	5.407.857	22,31%
Infraestrutura	4.705.790	19,41%
Comércio	3.848.697	15,87%
Serviços	974.979	4,02%
Turismo	359.095	1,48%
Saúde	135.175	0,56%
Intermediação financeira	354.287	1,46%
Recreação e lazer	220.399	0,91%
Alimentação	76.822	0,32%
Educação	83.126	0,34%
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>24.244.919</b>	<b>100%</b>

**e. Concentração por cliente**

	31/12/2025	%
Maior devedor	382.387	1,58%
10 maiores seguintes	2.429.919	10,02%
20 maiores seguintes	2.747.908	11,33%
50 maiores seguintes	3.581.169	14,77%
100 maiores seguintes	3.033.807	12,51%
Demais devedores	12.069.729	49,79%
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>24.244.919</b>	<b>100%</b>

**f. Baixa e recuperação de instrumentos financeiros**

	31/12/2025
Instrumentos financeiros baixados	5.966
Recuperação de créditos baixados	233.073

**g. Créditos renegociados**

	31/12/2025	%
<b>Créditos renegociados</b>	<b>12.634</b>	<b>100%</b>
Reestruturados	10.874	86,07%
Não reestruturados	1.760	13,93%

**h. Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito**

	31/12/2025
Receitas não reconhecidas de ativos problemáticos	485.116
Expectativa de recuperação de ativos problemáticos	293.281

**8.2 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**

	31/12/2025
Rendas a receber	16.189
Devedores por depósitos em garantia	69.438
Ativo atuarial - benefício pós-emprego (nota 17.2.1)	22.430
Adiantamentos e antecipações salariais	2.991
Outros ativos financeiros	1.874
<b>Total</b>	<b>112.922</b>

**9. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO****9.1 Composição da provisão por estágio da carteira de crédito**

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	7.555	2.756	74.510	84.821
Financiamentos	28.124	14.113	433.153	475.390
Financiamentos rurais	13.534	5.466	59.585	78.585
Operações c/caract. de concessão de crédito	176	44	1.479	1.699
<b>Total da provisão sobre a carteira de crédito</b>	<b>49.389</b>	<b>22.379</b>	<b>568.727</b>	<b>640.495</b>

## 9.2 Movimentação da provisão da carteira de crédito

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>63.855</b>	<b>1.349</b>	<b>460.796</b>	<b>526.000</b>
Constituições (reversões) líquidas	(30.179)	13.069	135.470	118.360
<i>Write-off</i>	-	-	(3.865)	(3.865)
Mudança de estágio:	15.713	7.961	(23.674)	-
entre estágios 1 e 2	(1.372)	1.372	-	-
entre estágios 1 e 3	17.085	-	(17.085)	-
entre estágios 2 e 3	-	6.589	(6.589)	-
<b>Saldo final</b>	<b>49.389</b>	<b>22.379</b>	<b>568.727</b>	<b>640.495</b>

## 9.3 Despesa (receita) da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre	Exercício
Provisão (reversão) sobre a carteira de crédito	128.791	120.461
Provisão (reversão) sobre garantias financeiras prestadas	16.247	12.794
Provisão (reversão) sobre créditos a liberar	111	134
<b>Total</b>	<b>145.149</b>	<b>133.389</b>

## 10. OUTROS ATIVOS

	31/12/2025
Despesas pagas antecipadamente	5.164
Obras de arte	270
Ativos não financeiros mantidos para venda	80.945
Provisão desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	(12.789)
<b>Total</b>	<b>73.590</b>

## 11. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS NO MERCADO

	Até 1ano	De 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Depósitos a prazo - CDB e RDB	137.488	41.579	16.998	196.065
Letras de crédito do desenvolvimento - LCD	148.862	74.615	317.386	540.863
Letras de crédito do agronegócio - LCA	74.567	336.433	-	411.000
Letras financeiras - LF	-	99.317	16.658	115.975
<b>Total</b>	<b>360.917</b>	<b>551.944</b>	<b>351.042</b>	<b>1.263.903</b>

**12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

	Até 1ano	De 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
<b>Do país</b>	<b>2.641.328</b>	<b>8.905.131</b>	<b>5.678.915</b>	<b>17.225.374</b>
BNDDES	1.770.909	5.881.334	3.960.087	11.612.330
FINAME	349.023	1.303.703	441.639	2.094.365
FINEP	268.562	939.213	199.535	1.407.310
BB	55.326	213.667	253.117	522.110
CEF	86.062	275.532	508.352	869.946
FUNGETUR	99.096	286.206	302.686	687.988
Outros	12.350	5.476	13.499	31.325
<b>Do exterior</b>	<b>545.297</b>	<b>1.203.385</b>	<b>1.933.183</b>	<b>3.681.865</b>
AFD	181.764	477.779	552.680	1.212.223
CAF	141.553	275.060	10.275	426.888
BEI	52.158	175.535	187.887	415.580
NDB	33.230	111.495	631.804	776.529
BID	123.879	131.376	468.267	723.522
BIRD	12.713	32.140	82.270	127.123
<b>Total - 31/12/2025</b>	<b>3.186.625</b>	<b>10.108.516</b>	<b>7.612.098</b>	<b>20.907.239</b>

Sobre as operações com o mercado exterior:

Agence Française de Développement (AFD), New Development Bank (NDB), Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB), European Investment Bank (EIB) e International Bank of Reconstruction and Development (IBRD) – operações de repasse onde os efeitos da variação cambial são repassados ao cliente final;

Corporación Andina de Fomento (CAF) – operações de empréstimos com recursos internalizados em reais (*swap offshore*);

**13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS**

	31/12/2025
Fundo Setorial do Audiovisual - FSA <sup>(1)</sup>	320.704
Ministério do Turismo - FUNGETUR <sup>(2)</sup>	34.252
Fundo Impulsiona Sul <sup>(3)</sup>	151.986
Valores de mutuários a regularizar <sup>(4)</sup>	8.456
<b>Total</b>	<b>515.398</b>

(1) Recursos, geridos pelo BRDE, destinados a cadeia produtiva da atividade audiovisual do Brasil.

(2) Recursos disponibilizados pelo Ministério do Turismo destinados a operações de financiamento relacionados com a atividade fim.

(3) Recursos oriundos dos juros sobre o capital próprio dos controladores destinados para Fundo Impulsiona Sul (nota 25.d).

(4) Referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

#### 14. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2025
Juros sobre o capital próprio	403.704
Impostos e contribuições a recolher	338.265
Participação nos lucros e resultados	13.773
Honras de fundos garantidores	22.716
Outros passivos	59.373
<b>Total</b>	<b>837.831</b>

#### 15. PROVISÕES

Composição das provisões:

	31/12/2025
Provisão para contingências (nota 15.1)	106.740
Provisão para pagamentos a efetuar <sup>(1)</sup>	30.328
Provisão sobre garantias financeiras <sup>(2)</sup>	16.607
Provisão sobre créditos a liberar <sup>(3)</sup>	5.605
<b>Total</b>	<b>159.280</b>

(1) Provisionamento de despesas de pessoal (férias, 13º salário, licença prêmio, dentre outros).

(2) O montante garantido é de R\$ 236.732. Todas as operações de garantias financeiras prestadas possuem garantia real.

(3) Provisão constituída sobre o saldo de operações contratadas, que somam R\$ 1.131.351, cujos recursos ainda não foram liberados aos clientes.

##### 15.1 Provisão para contingências

	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo inicial - 01/01/2025</b>	<b>36.629</b>	<b>75.463</b>	<b>112.092</b>
Constituição	1.550	-	1.550
Atualização	2.562	6.697	9.259
Baixa por reversão	(5.887)	(1.495)	(7.382)
Baixa por pagamento	(4.263)	(4.516)	(8.779)
<b>Saldo final - 31/12/2025</b>	<b>30.591</b>	<b>76.149</b>	<b>106.740</b>

De acordo com a nota 3.6, o montante de provisão trabalhista refere-se ao valor integral das ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 26.537.

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- a. R\$ 65.645 referem-se a honorários de sucumbência;
- b. R\$ 10.502 referem-se a embargos interpostos por mutuários contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 65.832. Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 7.422.

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor é de R\$ 33.406.

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### 16.1 Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Demonstração do cálculo de IRPJ e CSLL no período.

	2º semestre	Exercício
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>	<b>441.432</b>	<b>1.047.140</b>
Participações no lucro	(10.425)	(20.460)
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>431.007</b>	<b>1.026.680</b>
Alíquotas vigentes	45%	45%
IRPJ e CSLL calculados à alíquota vigente	(193.953)	(462.006)
Efeitos na apuração dos tributos:		
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	(121.554)	(139.409)
Juros sobre o capital próprio	181.666	181.666
Incentivos fiscais	9.603	9.706
Outros valores	109	213
IRPJ e CSLL corrente	(124.129)	(409.830)
IRPJ e CSLL diferido	89.092	104.516
<b>Total IRPJ e CSLL reconhecido no resultado</b>	<b>(35.037)</b>	<b>(305.314)</b>

**16.2 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos**

A entrada em vigência da Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Lei nº 14.467/2022, a partir de 01/01/2025, impactou:

- a) Na mudança do cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, não dedutíveis para apuração do imposto de renda e da contribuição social; e
- b) Que as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas, deverão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

**a) Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos**

<b>ATIVO DIFERIDO</b>	<b>01/01/2025</b>	<b>Constituição</b>	<b>Reversão</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Contrapartida no resultado</b>	<b>429.083</b>	<b>184.640</b>	<b>(200.990)</b>	<b>412.733</b>
Provisão perdas esperadas assoc. risco de crédito	216.059	146.108	(117.963)	244.204
Provisão para contingências	50.442	4.009	(6.418)	48.033
Provisão para assistência médica	33.403	9.581	(3.106)	39.878
Baixado em prejuízo - transição Lei 14.467	106.044	-	(49.803)	56.241
Inadimplentes em dez/2024 - transição Lei 14.467	18.579	-	-	18.579
Outras	4.556	24.942	(23.700)	5.798
<b>Contrapartida no patrimônio líquido</b>	<b>18.051</b>	<b>4.296</b>	<b>(3.670)</b>	<b>18.677</b>
Provisão para assistência médica	18.051	4.296	(3.670)	18.677
<b>Total - ativo diferido</b>	<b>447.134</b>	<b>188.936</b>	<b>(204.660)</b>	<b>431.410</b>
<b>PASSIVO DIFERIDO</b>	<b>01/01/2025</b>	<b>Constituição</b>	<b>Reversão</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Contrapartida no resultado</b>	<b>145.115</b>	<b>19.395</b>	<b>(140.261)</b>	<b>24.249</b>
Renegociações tributadas por caixa	121.652	16.767	(138.419)	-
Atualização de depósitos judiciais	23.463	2.628	(1.842)	24.249
<b>Contrapartida no patrimônio líquido</b>	<b>10.928</b>	<b>88</b>	<b>(923)</b>	<b>10.093</b>
Ativo atuarial - benefício pós emprego (PB I)	10.928	88	(923)	10.093
<b>Total - passivo diferido</b>	<b>156.043</b>	<b>19.483</b>	<b>(141.184)</b>	<b>34.342</b>

**b) Expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos**

Ano de realização	Ativos fiscais diferidos			Passivos fiscais diferidos		
	Valor atual	Valor presente	%	Valor atual	Valor presente	%
2026	106.843	103.119	24,77%	3.106	2.997	9,04%
2027	76.573	68.926	17,75%	27.354	24.623	79,65%
2028	30.901	25.941	7,16%	3.106	2.607	9,04%
2029	26.860	21.029	6,23%	776	608	2,27%
2030	25.799	18.838	5,98%	-	-	0,00%
2031 a 2035	164.434	94.440	38,11%	-	-	0,00%
<b>Total</b>	<b>431.410</b>	<b>332.293</b>	<b>100%</b>	<b>34.342</b>	<b>30.835</b>	<b>100%</b>

**c) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos**

Os créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 31 de dezembro, totalizam R\$ 73.472.

**17. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2025.

**17.1 Característica dos planos de benefícios****17.1.1 – Planos de benefícios de previdência**

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN

para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade já preencheram, em sua maioria, os requisitos necessários para elegibilidade ao início de aposentadoria pelo Plano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, sendo os recursos superavitários alocados em Reserva de Contingência e o excedente do limite estabelecido pela legislação, em Reserva Especial. Conforme decisão do Conselho Deliberativo do ISBRE, foi aprovado o processo de destinação de Reserva Especial do PB-I na posição de 31/12/2024, em concordância com regras locais emitidas pelo CNPC e Previc.

Em 31/12/2025, o Banco figura como patrocinador de 14 participantes ativos (31/12/2024 - 44), 401 aposentados (31/12/2024 - 378) e 103 pensionistas (31/12/2024 - 104).

Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 31/12/2025, o Banco figura como patrocinador de 415 participantes ativos (31/12/2024 - 406), 11 aposentados (31/12/2024 - 6) e 14 pensionistas (31/12/2024 - 15).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de Asset and Liability Management – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

### 17.1.2 – Programa de assistência à saúde – PAS e Plano de assistência à saúde unificado - PASU

O BRDE oferece aos seus funcionários, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. Até a instituição do Regulamento do PASU ocorrida no exercício de 2025, esta regra era aplicável apenas a quem fosse vinculado ao Regulamento Pessoal I. A partir da instituição do Programa de Assistência à Saúde Unificado (PASU), ficam abrangidos na cobertura de pós-emprego também os futuros ex-empregados do BRDE oriundos do Regulamento Pessoal II e III e seus dependentes. O PAS e o PASU são operacionalizados por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE, registrado na rubrica “Outras Obrigações – Diversas”.

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em 31/12/2025, o grupo com cobertura de pós-emprego totaliza 1.199 beneficiários (31/12/2024 – 807). O aumento significativo se deve à ampliação do plano, que gerou uma expectativa de entrada de 400 novos ativos com cobertura de pós-emprego.

## 17.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

### 17.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	PB I	PB II	PAS&PASU
Valor presente das obrigações atuariais	844.082	32.632	279.904
Valor justo dos ativos do plano	(1.159.699)	(47.085)	-
<b>Déficit (superávit) apurado</b>	<b>(315.617)</b>	<b>(14.453)</b>	<b>279.904</b>
Efeito no teto do ativo	293.187	14.453	-
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido</b>	<b>(22.430)</b>	<b>-</b>	<b>279.904</b>

O Conselho Deliberativo do ISBRE, aprovou o processo de destinação de Reserva Especial do PB-I, apurado conforme regras locais emitidas pelo CNPC e Previc.

O Teto do Ativo é definido pela CPC 33(R1) como “o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituição provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano”. Dessa forma, considerando o processo de distribuição de superávit do plano PB-I iniciado em 31/12/2024, entende-se que o valor alocado para benefício dos patrocinadores representa efetivamente um benefício econômico para o BRDE. Considerando que a proporção da obrigação do BRDE em relação à obrigação total do plano, de 97%, estimou-se o valor presente do benefício econômico em R\$ 22.430.

A aplicação deste critério objetivou estimar o valor presente de benefícios econômicos disponíveis para a empresa na forma de reduções nas contribuições futuras para o plano, conforme definição do CPC 33 (R1), tendo resultado em um Teto do Ativo de R\$ 24.430.

### 17.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	PB I	PB II	PAS&PASU
Obrigações atuariais no início do exercício	773.474	25.652	194.123
Custo do serviço corrente líquido	17	1.204	140
Custo do serviço passado	-	-	71.197
Contribuições de participantes realizadas no exercício	530	-	-
Despesa de juros	96.292	3.333	23.886
Benefícios pagos no exercício	(46.547)	(1.585)	(12.345)
(Ganhos)/perdas - mudanças nas premissas demográficas	18.901	(204)	8.089
(Ganhos)/perdas - mudanças nas premissas financeiras	13.892	1.123	1.939
(Ganhos)/perdas - ajustes pela experiência	(12.477)	3.109	(7.125)
<b>Obrigações atuariais no fim do exercício</b>	<b>844.082</b>	<b>32.632</b>	<b>279.904</b>

### 17.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	PB I	PB II
Valor justo dos ativos no início do exercício	(1.093.188)	(34.107)
Benefícios pagos no exercício	46.547	1.585
Contribuições de participantes realizadas no exercício	(530)	-
Contribuições do empregador realizadas no exercício	(6.895)	(2.621)
Receita de juros	(130.663)	(4.534)
Retorno sobre ativos abaixo/(acima) da receita de juros	25.030	(7.408)
<b>Valor justo dos ativos no fim do exercício</b>	<b>(1.159.699)</b>	<b>(47.085)</b>

### 17.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	PB I	PB II
Efeito do teto de ativo no início do exercício	295.431	8.455
Despesa de juros	30.638	1.053
Mudanças no efeito do teto do ativo	(32.882)	4.945
<b>Valor justo dos ativos no fim do exercício</b>	<b>293.187</b>	<b>14.453</b>

### 17.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

Apresentamos o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	PB I	PB II	PAS&PASU
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido no início do exercício</b>	<b>(24.283)</b>	-	<b>194.123</b>
Custo do serviço corrente líquido	17	1.204	140
Custo do serviço passado	-	-	71.197
Despesa de juros - valor presente das obrigações atuariais	96.292	3.333	23.886
Despesa de juros - efeito do teto do ativo	30.638	1.053	-
Receita de juros - valor justo dos ativos	(130.663)	(4.534)	-
<b>Despesa/(receita) reconhecida no resultado</b>	<b>(3.716)</b>	<b>1.056</b>	<b>95.223</b>
(Ganhos)/perdas - valor presente das obrigações atuariais	20.316	4.028	2.903
Mudanças no efeito do teto do ativo	(32.882)	4.945	-
Retorno sobre ativos abaixo/(acima) da receita de juros	25.030	(7.408)	-
<b>Remensurações em outros resultados abrangentes</b>	<b>12.464</b>	<b>1.565</b>	<b>2.903</b>
Contribuições do banco no exercício	(6.895)	(2.621)	(12.345)
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do exercício</b>	<b>(22.430)</b>	-	<b>279.904</b>

#### 17.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	PB I	PB II
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%
Renda fixa	80,28%	80,48%
Renda variável	3,46%	3,48%
Imobiliário	8,00%	55,00%
Estruturado	8,81%	8,86%
Carteira de empréstimos	1,78%	0,45%
Outros	5,59%	6,18%

#### 17.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 7,36 anos para o PB I, 16,25 anos para o PB II e 14,08 anos para o PAS & PASU.

O quadro a seguir apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto atuarial (real)	7,38%	7,16%	7,16%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,38%	7,16%	7,16%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,74%	*	N/A
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,20%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	100,00%	100,00%
Inflação esperada	4,05%	4,05%	4,05%
Taxa de desconto nominal	11,73%	11,50%	11,50%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	11,73%	11,50%	11,50%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	6,90%	*	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,05%	4,05%	N/A
Mortalidade geral	AT 2012 segregada por sexo, desagravada em 10%		AT 2012 Basic IAM segregada por sexo, desagravada em 10%
Mortalidade dos inválidos	AT 49 Segregada por sexo		
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas		
Taxa anual de rotatividade	Nula		
Entrada na aposentadoria	100% na elegibilidade	100% na elegibilidade ao benefício programado	M: 65 anos F: 62 anos
Composição familiar	Família média. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro		RP I: Família efetiva (conforme informações cadastrais); RP-II e RP-III: família média
HCCTR ("inflação médica")	N/A	N/A	4,10%
Aging fator	N/A	N/A	Experiência Mirador: Até 29 anos: 2,0% De 30 a 49 anos: 2,3% De 50 a 79 anos: 4,0% De 80 a 89 anos: 3,2% 80 anos ou mais: 0,0%
Take up	N/A	N/A	100%

\* conforme progressão salarial projetada individualmente, considerando o plano de cargos e salários do BRDE

**17.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais**

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(26.542)	(2.305)	(17.302)	(3,30%)	(7,06%)	(6,18%)
	Redução de 0,5%	28.271	2.588	19.729	3,51%	7,93%	6,89%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	19.276	80	12.114	2,39%	0,24%	4,33%
	redução de 1 ano	(19.724)	(68)	(12.051)	(2,45%)	(0,21%)	(4,31%)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	20.338	-	-	7,27%
	Redução de 0,5%	-	-	(18.363)	-	-	(6,56%)

**17.6 Fluxos de caixa futuros****17.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no exercício e esperado para o próximo período**

	Esperado em 06/2026			Ocorrido em 12/2025		
	PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Contribuições do empregador	1.725	1.281	7.908	4.802	1.224	7.361
Contribuições do participante	14	-	-	14	-	-
Benefícios pagos pelo plano	43.207	968	7.908	43.735	748	7.361

**17.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial**

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	PB I	PB II	PAS
Próximos 5 anos	428	11	70
Entre 6 e 10 anos	370	11	60
Após 10 anos	696	121	150

**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****18.1 Capital Social**

O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 3.499.877.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais

contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente. Nesse exercício ocorreram os seguintes aumentos de capital:

	Capital Social
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>2.487.333</b>
Aumento por incorporação de reservas	611.934
Aumento por recursos dos juros sobre o capital próprio	158.787
Aumento por destinação de parte do Fundo Impulsiona Sul	41.823
Aumento por aporte financeiro do sócio (1)	200.000
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>3.499.877</b>

(1) Recursos depositados ao BRDE em dezembro de 2024 como dotação para futuro aumento de capital social, efetivado no mês de junho/2025, após autorização do Banco Central do Brasil.

Os aumentos de capital efetivados no exercício de 2025 ocorreram nos termos dos atos societários do CODESUL em 3 de dezembro de 2024 (R\$ 125.468), do Conselho de Administração em 26 de março de 2025 (R\$ 287.076) e do CODESUL em 23 de abril de 2025 (R\$ 600.000).

Os aumentos foram deferidos pelo Banco Central do Brasil, respectivamente, em 9 de abril, em 14 de maio e em 12 de junho de 2025.

## 18.2 Reservas de lucro

As reservas de lucros do BRDE são formadas pelo montante histórico oriundo da acumulação dos resultados gerados pelo Banco, descontadas as parcelas que são objeto de capitalização ou de distribuição aos controladores na forma de Juros sobre o Capital Próprio. Sua movimentação no exercício foi a seguinte:

	Reservas de lucro
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>2.043.333</b>
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966	25.052
Valor destinado para aumento de capital	(611.934)
Juros sobre o capital próprio	(403.704)
Resultado do exercício	721.366
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>1.774.113</b>

Conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Resolução CMN nº 4.966/21, os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção inicial da referida Resolução, devem ser registrados no Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo os seus efeitos, em 01/01/2025, os seguintes:

	31/12/2024	01/01/2025	Variação
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	580.508	(535.285)	45.223
Crédito tributário sobre perdas esperadas	(254.988)	234.638	(20.350)
Receita não reconhecida entre 61º e 90º dia de atraso	-	179	179
<b>Efeito inicial reconhecido no PL</b>			<b>25.052</b>

**19. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA**

	2º semestre	Exercício
Receita com empréstimos	187.343	346.070
Receita com financiamentos	650.137	1.256.334
Receita com financiamentos rurais	431.161	816.024
Receita com operações característica concessão crédito	17.603	33.814
Recuperação de créditos baixados em prejuízo	98.992	245.707
Receita com títulos de renda fixa	4.003	17.468
Receita com cotas de fundos investimentos	295.557	502.952
Receita em operações com derivativos	6.873	12.868
<b>Total da receita de intermediação financeira</b>	<b>1.691.669</b>	<b>3.231.237</b>
Despesa com captação - depósitos	(10.586)	(18.092)
Despesa com captação - LCA	(28.419)	(52.051)
Despesa com captação - LCD	(39.979)	(69.641)
Despesa com captação - outros	(6.857)	(10.158)
Despesa com repasses do país	(599.406)	(1.146.965)
Despesa com empréstimos e repasses do exterior	(115.428)	(224.633)
Despesa em operações com derivativos	(15.785)	(40.753)
<b>Total da despesa com intermediação financeira</b>	<b>(816.460)</b>	<b>(1.562.293)</b>
<b>Resultado da intermediação financeira</b>	<b>875.209</b>	<b>1.668.944</b>

**20. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

	2º semestre	Exercício
Tarifa de análise	11.094	22.740
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	5.276	11.321
Tarifa de cadastro	1.787	3.415
Tarifa sobre liquidação antecipada	1.988	4.873
Tarifa de alteração ou estruturação de garantias	613	1.119
Tarifa de elaboração parecer/laudo/estudo técnico	591	1.080
Receita de garantias financeiras prestadas	2.050	5.239
Receita de assessoria técnica e financeira	2.952	2.952
Remuneração administração do FSA	5.608	8.011
Outras tarifas e receitas	194	429
<b>Total</b>	<b>32.153</b>	<b>61.179</b>

**21. DESPESAS COM PESSOAL**

	2º semestre	Exercício
Remuneração	85.740	164.450
Encargos sociais	34.952	70.049
Benefícios	14.244	27.065
Honorários	4.055	7.657
Outros	2.950	5.476
<b>Total</b>	<b>141.941</b>	<b>274.697</b>

**22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2º semestre	Exercício
Aluguel, condomínio, água e luz	2.017	4.171
Comunicações	812	1.677
Manutenção e conservação de bens	2.470	4.092
Processamento de dados	16.109	28.842
Promoções e relações públicas	5.280	6.503
Publicidade e propaganda	4.382	6.833
Serviços do sistema financeiro	752	1.874
Serviços de terceiros	4.030	8.207
Serviços técnicos especializados	5.616	12.073
Vigilância e segurança	712	1.411
Transportes e viagem	5.532	10.311
Emolumentos judiciais e cartorários	763	1.423
Despesas estatutárias (CODESUL)	3.651	6.784
Incentivos fiscais	9.463	9.610
Depreciação e amortização	3.734	7.282
Demais despesas administrativas	4.869	8.577
<b>Total</b>	<b>70.192</b>	<b>119.670</b>

**23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

	2º semestre	Exercício
Despesa com ISS	1.516	2.822
Despesa com COFINS	33.034	61.920
Despesa com PIS/PASEP	5.368	10.062
Outras despesas tributárias	2.552	4.735
<b>Total</b>	<b>42.470</b>	<b>79.539</b>

**24. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS**

	2º semestre	Exercício
Variação cambial sobre disponibilidade	(1)	(6)
Variação cambial sobre operações crédito	21.554	(28.511)
Variação cambial sobre repasses e empréstimos	(25.079)	35.604
Receita (despesa) com variação cambial	(3.526)	7.087
Ajuste ao valor justo	(533)	(4.903)
Ajuste de hedge ao valor justo	1.162	3.493
Atualização de depósitos judiciais	2.822	5.537
Juros e serviços sobre obrigações atuariais	(83.251)	(96.620)
Venda da carteira baixada em prejuízo <sup>(1)</sup>	12.000	26.280
Descontos concedidos em renegociação	-	(4.017)
Outras receitas (despesas)	(514)	(1.938)
<b>Total</b>	<b>(71.838)</b>	<b>(65.081)</b>

(1) refere-se a cessão de créditos vencidos e integralmente baixados para prejuízo, sem coobrigação, oriundos de suas operações de créditos para compradores não caracterizados como partes relacionadas.

**25. PARTES RELACIONADAS**
**a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE**

A relação com o ISBRE se dá através dos seguintes eventos:

- Aluguel de salas pelo BRDE para desempenho de suas atividades operacionais;
- Cedência de funcionário para exercer cargo de diretor na Fundação, sendo a remuneração e encargos ressarcidos;
- Contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício de previdência.

A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	2º semestre	Exercício
Locação de salas	(476)	(935)
Ressarcimento de salários	-	642
Contribuição patronal	(7.156)	(15.211)
<b>Total</b>	<b>(7.632)</b>	<b>(15.504)</b>

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam no exercício findo os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	2º semestre	Exercício
<b>Benefícios de curto prazo</b>	<b>5.294</b>	<b>10.152</b>
Diretoria	4.853	9.308
Conselho de Administração	209	466
Conselho Fiscal	116	189
Comitê de Auditoria	116	189
<b>Benefícios de rescisão de contrato de trabalho</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>5.294</b>	<b>10.152</b>

#### c) Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

O BRDE obteve recursos através da emissão de títulos efetuada a 3 fundos administrados pela Banrisul Corretora cujo saldo em 31/12/2025 é de R\$ 52.057.

#### d) Controladores - Fundo Impulsiona Sul

Fundo criado com o objetivo de equalizar encargos e/ou utilização em mecanismos de prestação de garantias em operações, diretas ou indiretas, contratadas pelo BRDE como o apoio de atividades econômicas e/ou programas de financiamento produtivo de interesse dos Estados detentores do capital do BRDE, determinadas mediante ato de seu respectivo Governador ou manifestação do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL.

O saldo, em 31 de dezembro de 2025, do fundo de cada Estado é:

Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total
43.305	46.616	62.065	151.986

## 26. GERENCIAMENTO DE RISCO, GESTÃO DE CAPITAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos do BRDE é desenvolvido em conformidade com as provisões da Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições financeiras enquadradas no segmento S3 e com normativos internos baseados em objetivos e políticas estabelecidos pelo Conselho de Administração, conforme consolidado na Declaração de Apetite por Riscos – RAS do BRDE. Nesse sentido, pode ser considerado como um processo em constante evolução, onde os esforços e os trabalhos são desenvolvidos de maneira a promover e garantir o contínuo aprimoramento dos processos, critérios e metodologias da gestão de riscos.

Para alcançar seus objetivos estratégicos, o BRDE assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária e para isso define os níveis aceitáveis de riscos que está disposto a incorrer e mantém controles para sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação, além de gerenciá-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a responsabilidade pública.

O BRDE dispõe ainda de políticas, planos, normas e procedimentos que orientam o gerenciamento de riscos, proporcionando uma base normativa uniforme e coerente que assegura uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de suas atividades, processos e sistemas e, com a dimensão de sua exposição ao risco. Tais processos estão inseridos na estrutura de gerenciamento de riscos, coordenada por área específica, apartada das unidades de negócio e de suporte, subordinada ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco (Chief Risk Officer – CRO) e supervisionada por comitê interno específico (Comitê de Riscos – CORIS) vinculado ao Conselho de Administração e composto por membros externos à instituição.

O Banco Central do Brasil estabelece que as instituições financeiras possuam um Patrimônio de Referência (PR) suficiente para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas. Os ativos ponderados pelo risco (RWA, da sigla em inglês para Risk Weighted Assets) são a base para o cálculo da necessidade de patrimônio mínimo das instituições financeiras para fazer frente aos riscos associados a suas atividades. No período ora reportado, o BRDE cumpriu os requisitos de capital previstos na legislação em vigor.

O BRDE não recebe depósitos à vista ou de poupança, tampouco conta com fundos de natureza fiscal ou parafiscal. Desta forma, seu capital é composto exclusivamente pelo capital social e pelas reservas de lucros acumuladas. O BRDE mantém ainda plano trienal de contingência de capital, identificando as ações a serem consideradas em possíveis cenários de crise de capital, com a definição da governança necessária para o reestabelecimento dos padrões adequados. Os procedimentos de gestão de capital incluem a análise mensal pela área de gerenciamento de riscos e apreciação periódica pelos comitês de riscos, de gestão e de auditoria, bem como pela Diretoria e Conselho de Administração. O constante monitoramento da adequabilidade de capital, através dos controles supracitados, visa antever a possibilidade de ocorrência de eventos de contingência, possibilitando ações corretivas e mitigadoras, de acordo com o Plano de Contingência de Capital.

Por fim, em consonância e obediência às diretrizes dispostas na Resolução BCB n.º 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BRDE divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço a seguir:

<https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/pilar-3/>. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras do Banco.

Em relação ao disposto no inciso XX, do art. 90 da Resolução BCB nº 352/2023, destacam-se:

- Os principais riscos aos quais a instituição está exposta, de acordo com os requerimentos de capital, são o risco de crédito, o risco de mercado e o risco operacional. O risco de liquidez, no caso do BRDE, é constantemente monitorado. No entanto, dadas as características de atuação do banco, que se vale em grande medida da modalidade de repasses, a probabilidade de ocorrência de problemas de liquidez é atenuada.
- As políticas e os processos para o gerenciamento de riscos, contendo os princípios e os instrumentos de gerenciamento por meio dos quais o BRDE busca assegurar o cumprimento dos parâmetros e das demais disposições da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), estão disponíveis para acesso no endereço a seguir: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/estrutura/>.
- No BRDE, os métodos utilizados para mensuração do risco são aqueles permitidos pelo Banco Central do Brasil, no formato das abordagens padronizadas, conforme as resoluções, circulares e instruções normativas correlatas a cada risco.
- O sumário de dados quantitativos sobre as exposições ao risco, suas descrições e respectivas concentrações são apresentadas na próxima nota explicativa.

## 27. CAPITAL REGULAMENTAR E EXIGÊNCIA DE CAPITAL

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.955/2021, 4.958/2021 e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 31 de dezembro de 2025.

Indicadores de Capital	31/12/2025
<b>Patrimônio de Referência (A)</b>	<b>5.204.454</b>
Patrimônio de Referência Nível I	5.204.454
Capital Principal	5.204.454
<b>Patrimônio de Referência para comparação com o RWA – (A) – (B)</b>	<b>5.204.454</b>
Destaque de Capital (B)	0
<b>Total de Ativos ponderados pelo risco (RWA)</b>	<b>26.104.286</b>
Risco de crédito – RWACPAD	22.299.379
Risco de Mercado – RWAMPAD	2.565.519
RWA <sub>JUR1</sub> (Risco de Juros)	1.881
RWA <sub>CAM</sub> (Risco de Taxa de Câmbio)	2.562.367
RWA <sub>CVA</sub> (Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte)	1.271
Risco Operacional – RWAOPAD	1.239.388
<b>Índice de Basileia</b>	<b>19,94%</b>

As definições de risco de crédito, mercado, operacional, liquidez e dos demais riscos relevantes para o BRDE são todas derivadas das respectivas definições estabelecidas pela Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, a saber:

O **Risco de Crédito** é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- i) Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- ii) Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- iii) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- iv) Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos com problema de recuperação de crédito.

O **Risco de Mercado** é definido como a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo BRDE decorrentes do risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e do risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

No período ora reportado, o risco de mercado do BRDE derivou, sobremaneira, da sua exposição à variação cambial resultante dos *spreads* das operações de repasse realizadas com recursos captados em moeda estrangeira sem mecanismos de *hedge* ( $RWA_{CAM}$  - Risco de Taxa de Câmbio), à variação da taxa de juros prefixada para instrumentos da carteira de negociação ( $RWA_{JUR1}$  - Risco de Juros Prefixados) e à variação do valor dos instrumentos derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte ( $RWA_{CVA}$  - Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte).

O **Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)** é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados do BRDE, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O IRRBB, que não gera requerimento de capital, é mensurado através das abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado da intermediação financeira (NII) em consonância com as exigências da regulamentação em vigor.

O **Risco Operacional** é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui ainda o risco legal associado a:

- i) Inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo BRDE; e
- ii) Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O **Risco de Liquidez** é definido como:

- i) A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e,
- ii) A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os **Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos** são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas para o BRDE, respectivamente de:

- i) Eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;
- ii) Eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e
- iii) Eventos associados ao risco de transição e risco climático físico.

Por fim, destaca-se que as exposições aos riscos de crédito, mercado e operacional geram requerimento de capital que são apurados de acordo com as abordagens padronizadas estabelecidas pelo regulador. Os demais riscos acima apresentados, apesar de relevantes e de possuírem monitoramento constante, não afetam indicadores de capital.

## **28. TESTE DE SENSIBILIDADE**

Em cumprimento ao art. 35 da Resolução BCB n.º 2/2020 apresentamos 3 cenários para os testes de sensibilidade: um cenário pessimista e dois otimistas. Para definição destes cenários, consideramos o atual momento da economia, a demanda por financiamentos e a projeção dos juros para 2026 e seus efeitos nos principais itens de balanço:

- ➔ Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: cenários de migração considerando o cenário econômico atual e histórico de inadimplência do Banco.
- ➔ Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- ➔ Receita financeira: os cenários foram definidos mantendo o rendimento do CDI ou apresentando uma variação de 1 ponto percentual para cima ou para baixo;
- ➔ Provisão para contingências: possível aumento visto o momento de incertezas que a economia se encontra;
- ➔ Créditos tributários: impacto resultante da movimentação ocorrida nos itens e cenários acima descritos;

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<b>Item sensibilizado</b>	<b>Qualidade da carteira de crédito – variação da PCLD</b>		
Premissa	Redução de 5%	Redução de 7%	Redução de 10%
Efeito no resultado	(32.025)	(44.835)	(64.050)
<b>Item sensibilizado</b>	<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 10%	Aumento de 15%
Efeito no resultado	(83.447)	166.894	250.342
<b>Item sensibilizado</b>	<b>Resultado de receita financeira</b>		
Premissa	CDI -1%a.a.	CDI	CDI +1%a.a.
Efeito no resultado	274.733	292.954	311.091
<b>Item sensibilizado</b>	<b>Aumento da provisão para contingências</b>		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 5%	Aumento de 10%
Efeito no resultado	5.337	(5.337)	(10.674)
<b>Item sensibilizado</b>	<b>Impacto nos créditos tributários</b>		
Premissa	Redução de 5%	Redução de 7%	Redução de 10%
Efeito no resultado	(21.571)	(30.199)	(43.141)

## 29. OUTRAS INFORMAÇÕES

### a. Enchentes no RS

Os eventos climáticos de grande porte que afetaram o estado do Rio Grande do Sul entre os meses de abril e maio de 2024 ocasionaram inúmeras perdas de vidas, danos a propriedades em geral e transtornos de infraestrutura, dentre outras importantes consequências que afetaram a sociedade gaúcha de forma geral.

No que tange as suas operações, O BRDE oportunizou a suspensão de pagamentos, denominada *standstill*, das operações de crédito daqueles clientes atingidos pelas enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, que variava de 6 a 12 meses de acordo com o *funding* ou por decisão própria.

Ao todo foram renegociados 288 contratos, cuja situação atual é a seguinte:

	31/12/2025	% <sup>(1)</sup>	% <sup>(2)</sup>
1. Total da carteira de crédito	24.244.919	100,00%	
<b>2. Total da carteira renegociada pela enchente</b>	<b>1.248.278</b>	<b>5,15%</b>	<b>100,00%</b>
Carteira em amortização em dia	965.827	3,98%	77,37%
Carteira renegociada com atraso inferior a 90 dias	130.141	0,54%	10,43%
Carteira renegociada com atraso superior a 90 dias	152.310	0,63%	12,20%

(1) sobre o total da carteira de crédito

(2) sobre o total da carteira renegociada

**b. Incidente cibernético**

No mês de dezembro de 2025, o BRDE identificou um incidente cibernético no seu ambiente de tecnologia, sem acarretar restrição de acessos aos sistemas e canais digitais de atendimento do Banco.

Após o diagnóstico, o BRDE atuou de forma prudencial, no sentido de mitigar os riscos associados e, com o suporte de empresa especializada contratada, realizou oportunamente um processo de investigação, avaliação das circunstâncias e apuração da extensão do incidente, vindo a concluir que não houve exposição nem consequências que possam ter impactado as demonstrações financeiras do BRDE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, ressalta-se que conforme relatado para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, não foram identificadas evidências de vazamento de informações que pudessem gerar impactos nas demonstrações financeiras do BRDE, com a manutenção da integridade do ambiente sistêmico da Instituição.

**c. Eventos subsequentes**

Conforme previsto pela Lei Federal nº 9.249/95, o BRDE apurou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) referentes ao exercício de 2022 no montante de R\$ 237.559, mediante a aplicação da TJLP acumulada do exercício de 2022 sobre a posição patrimonial do Banco. A apuração de JCP foi aprovada em 25 de março de 2026 pelo Conselho de Administração.

## DIRETORIA

Diretor-Presidente

**RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR**

Diretor Vice-Presidente e Diretor de  
Acompanhamento e Recuperação de Créditos

**MAURO MARIANI**

Diretor de Planejamento

**LEONARDO MARANHÃO BUSATTO**

Diretor de Operações

**RANOLFO VIEIRA JUNIOR**

Diretor Financeiro

**JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING**

Diretor Administrativo

**HERALDO ALVES DAS NEVES**

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

**RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR**

Conselheiros

**WAGNER CARLOS AICHNER**

**CARLOS PASCOAL BORDONI**

**IVAN CESAR RANZOLIN**

**LEANDRO RIBEIRO MACIEL**

**FRANCISCO SÉRGIO TURRA**

**THAÍS POMPERMAYER**

**FABIANO MEASSI**

Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6



**Shape the future  
with confidence**

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06  
Conjunto A - Bloco A  
1º andar - salas 104 e 105  
70316-000 - Brasília - DF - Brasil  
Tel: +55 61 2104-0100  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Controladores e aos Diretores do  
**Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE**  
Porto Alegre - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE (Banco) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Ausência dos valores correspondentes**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future  
with confidence**

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

#### Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 8 e 9 às demonstrações financeiras, o Banco possuía, em 31 de dezembro de 2025, operações de crédito no montante de R\$24.244.919 mil, com respectiva provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$640.495 mil, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração dos referidos instrumentos financeiros.

Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco das contrapartes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da Diretoria.



**Shape the future  
with confidence**

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos parâmetros de cálculo da Perda Esperada, como probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, expectativa de recuperação do instrumento financeiro, cálculo de valor presente, saldo contábil, fator de conversão de crédito e taxa de juros efetiva, desenvolvidos pelo Banco relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das classificações de estágio, ativo problemático, grupos homogêneos, carteiras, definições de renegociação e reestruturação; (iii) garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela Diretoria; (iv) análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco das contrapartes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (v) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21; (vi) reconciliação dos registros contábeis com os controles analíticos; e (vii) análise das divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras realizadas pela Diretoria do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas às provisões adotadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto

#### Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$279.904 mil, em 31 de dezembro de 2025. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados nas avaliações. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.



**Shape the future  
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$431.410 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indedutíveis e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito em concordância com a legislação vigente. Ainda analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future  
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**Shape the future  
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 25 de março de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F

Renata Zanotta Calçada  
Contadora CRC RS-062793/O-8

## **RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA** **Período findo em 31.12.2025**

### **INTRODUÇÃO**

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, vigente a partir 01/01/2022. Durante o 2º semestre de 2025, o órgão estatutário reuniu-se três (03) vezes, onde foram exercidas as atribuições regulamentares e analisadas as demonstrações financeiras da data-base de 31/12/2025, sendo examinado e aprovado o Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo a seguir:

### **I - AUDITORIA INTERNA**

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Também acompanhou a evolução do atendimento pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela Auditoria Interna e o acompanhamento de órgãos de fiscalização, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

### **II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS**

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais.

### **III - AUDITORIA INDEPENDENTE**

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade, o detalhamento das informações e serviços prestados pelas empresas de auditorias independentes sobre: as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios, contratuais ou conveniados. Não foram verificadas situações em que a independência da auditoria externa ficasse comprometida no exercício de suas atribuições.

### **IV - SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO**

O comitê avaliou o conteúdo do Planejamento Estratégico 2025-2030, bem como Proposta do Plano Operacional para o ano de 2026.

### **V - SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE**


Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; o Relatório de Administração e Socioambiental; e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 31 de dezembro de 2025. Com base nas atividades desenvolvidas, com o respaldo da auditoria independente e da auditoria interna, não foi identificado descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações com divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento

do Extremo Sul - BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Assim, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

## VI - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA

O Comitê de Auditoria, atendendo as atribuições regulamentares, tomou conhecimento das informações sobre a Gestão das Captações Externas e à Mercado e Estratégias para 2026.


Porto Alegre, 24 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente  
 **LAUREN MOMBACK MAZZARDO**  
Data: 25/03/2026 10:44:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**LAUREN MOMBACK MAZZARDO**

**Coordenadora do COAUD**

Representante do Estado do Rio Grande do Sul

Documento assinado digitalmente  
 **PABLO FELIPE BITTENCOURT**  
Data: 25/03/2026 11:09:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**PABLO FELIPE BITTENCOURT**

**Integrante do COAUD**

Representante do Estado de Santa Catarina


Assinado de forma digital  
por EDERSON JOSE  
PINHEIRO  
COLACO:03475527901  
Dados: 2026.03.25 14:27:18  
-03'00'

**EDERSON JOSE  
PINHEIRO**  
COLACO:0347552  
7901

**EDERSON J. PINHEIRO COLAÇO**

**Integrante do COAUD**

Representante do Estado do Paraná

Documento assinado digitalmente  
 **WAGNER CARLOS AICHNER**  
Data: 25/03/2026 10:34:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**WAGNER CARLOS AICHNER**

**Integrante do COAUD**

Representante do Conselho de Administração

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na condição de membros do Conselho Fiscal do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e no exercício das atribuições legais e estatutárias relacionadas, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pelas áreas técnicas e representantes da Administração no curso do respectivo exercício e no Relatório dos Auditores Independentes, compreendemos que os documentos estão em conformidade com as práticas contábeis que se aplicam ao BRDE, e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da instituição, opinando por sua aprovação.

Porto Alegre, 24 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** CICERO ANTONIO EICH  
Data: 24/03/2026 18:29:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JULIANA DEBAQUER  
Data: 24/03/2026 19:17:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ADALBERTO CERVINO VENTURA  
Data: 24/03/2026 19:07:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**CÍCERO ANTÔNIO EICH**  
Presidente do Conselho Fiscal  
Representante do PR

**JULIANA DEBAQUER**  
Conselheira Fiscal  
Representante do RS

**ADALBERTO C VENTURA**  
Conselheiro Fiscal  
Representante de SC